



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Daniel Machado dos Santos Maia

**Currículo, experiência acadêmica e formação profissional: as empresas juniores dos
cursos de ciências sociais sob as palavras de seus egressos**

Brasília
2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

Daniel Machado dos Santos Maia

Currículo, experiência acadêmica e formação profissional: as empresas juniores dos cursos de ciências sociais nas palavras de seus egressos

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein

Brasília

2023

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

**Currículo, experiência acadêmica e formação profissional: as empresas juniores dos
cursos de ciências sociais sob as palavras de seus egressos**

Autor: Daniel Machado dos Santos Maia

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Stefan Fornos Klein (SOL/UnB)

Examinadora: Prof. Dra. Layla Pedreira Carvalho (SOL/UnB)

Examinadora: Prof. Dra. Soraya Resende Fleischer (DAN/UnB)

Brasília

2023

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é primeiramente dedicado às mulheres de minha família: Lourdes, Luciana, Sandra, Maria Luiza e Juliana. Agradeço pelas palavras, pelo apoio, pela confiança. A minha vida é mais feliz porque vocês existem.

Agradeço ao professor Stefan pela disponibilidade, atenção e cuidado ao longo do tempo, não apenas como orientador para a escrita desta monografia, mas também como responsável pelo projeto Ciências Sociais nas Escolas.

Sou grato a todos os professores que marcaram positivamente a minha trajetória desde à educação básica até à universidade, em especial à Lirane Maia, Jorge France, Ana Collares, Cristiane Coelho, Tânia Mara Almeida e Paulo Menencheli. Além disso, agradeço às professoras Layla Carvalho e Soraya Fleischer por aceitarem o convite de compor a banca de avaliação desta monografia.

Um muito obrigado às amigas que trago junto comigo desde o ensino médio, assim como as que tive o prazer de construir durante esses 6 anos em que vivenciei a Universidade de Brasília seja presencialmente, ou virtualmente.

Agradeço ao João pelo acolhimento, pela escuta, pelo suporte, por ser inspiração diária para mim.

Deixo, também, um agradecimento a todos os integrantes que dividiram comigo a responsabilidade de gerir a Socius Consultoria Jr. no ano de 2019. Esse foi, sem dúvidas, um dos divisores de águas na minha construção enquanto indivíduo, profissional e acadêmico. Obrigado pelos dias e noites de trabalho e pelos grandes momentos na salinha.

Agradeço a todas as pessoas que compartilharam a tarefa de conduzir os projetos de extensão que tive a honra de integrar: Ciências Sociais nas Escolas (CISO), PET-Sociologia; Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS) e Grupo de Estudos sobre China (GECHINA). Todos eles foram partes essenciais à minha experiência universitária.

Nutro profunda gratidão, também, pela Universidade de Brasília e sua comunidade acadêmica; por sua história, por seu legado e por seu papel fundamental em processos pessoais de desenvolvimento e autocompreensão. Ter a UnB como *alma mater*, a partir de agora, me é motivo de muito orgulho.

E, por fim, agradeço a Bruna, Débora, Eugênio, Gustavo, Jorge, Melissa, Paula, Rodrigo e William por dividirem suas experiências de vida comigo na construção desse trabalho. Espero ter feito jus à grandeza de suas jornadas.

RESUMO

Esse trabalho origina-se das angústias que perpassam as experiências de graduandos em ciências sociais que comumente nutrem expectativas profissionais pouco promissoras a partir da conquista do diploma. Mesmo cursando uma formação pautada pelo desenvolvimento de saberes teóricos interdisciplinares e por uma sólida orientação crítico-analítica, percebe-se a permanência de uma recorrente noção de que as ciências sociais direcionariam seus egressos a apenas dois caminhos laborais, que enfrentariam dificuldades na busca por espaço no mercado de trabalho caso optassem por outras alternativas. Nesta monografia, a vontade de investigar os processos de inserção profissional de cientistas sociais extra-acadêmicos tomou as empresas juniores, organizações geridas por estudantes de graduação, como ponto de partida. Tal escolha metodológica se deu a partir do entendimento de que esses espaços se constituem enquanto conexões diretas entre o mercado e a universidade. Assim, foram entrevistados nove egressos anteriormente vinculados às quatro organizações juniores de ciências sociais mais antigas em funcionamento no país a fim de compreender suas percepções sobre a formação cursada, traçar suas experiências enquanto integrantes dessas empresas e entender as possíveis implicações que os aprendizados construídos durante a graduação tiveram em suas posteriores carreiras profissionais. A partir da análise de conteúdo desses relatos, foi possível constatar que os participantes compreendem a formação cursada a partir de perspectivas positivas, mas salientam algumas lacunas de aprendizagem. Além disso, afirmam os diversos benefícios que a experiência de integrar uma empresa júnior teria implicado em suas trajetórias, mas ressaltam a má reputação dessas organizações perante outras instâncias do curso em virtude do estabelecimento de uma noção hegemônica nociva de empreendedorismo. Por fim, ainda que o estudo não tenha tido caráter representativo, as entrevistas permitiram entender o modo como as carreiras profissionais de cientistas sociais extra-acadêmicos, ainda que sejam marcadas por uma série de obstáculos, podem ser bem-sucedidas.

Palavras-Chave: Formação Profissional; Mercado de Trabalho; Empresa Júnior; Ciências Sociais; Sociologia Extra-Acadêmica

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	7
1. SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO	12
1.1 Os cursos de graduação em ciências sociais e sua relação com o mercado de trabalho	14
1.3 Formação profissional em ciências sociais nas palavras dos egressos do curso.....	21
2. SOBRE AS EMPRESAS JUNIORES E SUAS CARACTERÍSTICAS	26
2.1 Como foram construídas as empresas juniores	28
2.2 As empresas juniores nas palavras de seus entusiastas.....	32
2.3 As empresas juniores nas palavras de seus críticos.....	34
2.4 As empresas juniores vinculadas a cursos de ciências sociais	40
3. AS EMPRESAS JUNIORES DE CIÊNCIAS SOCIAIS NAS PALAVRAS DE SEUS EGRESSOS	44
3.1 Desenho da pesquisa empírica	44
3.2 A formação em ciências sociais.....	49
3.3 Experiências como integrante de uma empresa júnior de ciências sociais	56
3.4 A relevância da formação em ciências sociais para as trajetórias acadêmico-profissionais dos egressos.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
APÊNDICES	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Um dia desses estava conversando depois da aula com uma das alunas mais participativas da turma de um cursinho pré-vestibular na qual ministro aulas de sociologia. Ela me contava sobre as possíveis escolhas que considerava tomar em sua entrada no ensino superior, afirmando seu gosto pela matéria e a vontade de ingressar nas ciências sociais. Entretanto, salientou que passou a considerar mais concretamente outras opções depois de se deparar com uma recorrente noção a respeito dos processos de profissionalização na área. Nessa perspectiva, as egressas e os egressos do curso teriam apenas dois caminhos profissionais possíveis: a docência para educação básica e a pesquisa em uma universidade; atividades que, até então, ela não imaginava exercer no futuro.

Essa ocasião me fez lembrar alguns dos receios que vivenciei quando também me preocupava em ingressar na universidade e tentava visualizar as futuras perspectivas profissionais que poderia encontrar a partir disso. Na época, essas inquietações também estavam fundamentadas pela ideia de que existiriam apenas duas alternativas possíveis ao egresso de ciências sociais no mercado de trabalho. Destaco esses sentimentos não porque acredito que essas atividades sejam menos legítimas ou importantes, muito pelo contrário, visto que passei a encontrar felicidade na docência e, também, pude tomar conhecimento do considerável respeito nacional e internacional conquistado pelas ciências sociais em âmbito acadêmico. O problema residia, na verdade, na ideia de cursar uma graduação que, em tese, estaria fundamentada em perspectivas limitadas de atuação laboral. Isso configurava-se como um dos vários fatores causadores de angústia e ansiedade não só a mim, como também a diversos jovens estudantes que se encontram nesse estágio de amadurecimento.

A escolha pelas ciências sociais começou a se tornar uma realidade em meados do ano de 2014, quando cursava o 1º ano do ensino médio. Na época, o 2º turno das eleições presidenciais, que colocou em disputa Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), se tornou o assunto central no colégio em que estudei, seja durante as aulas ou em rodas informais de conversa. Toda essa conjuntura nos provocava, enquanto estudantes, a refletir concretamente, pela primeira vez, sobre o passado e o presente de desigualdades que marcam a história do país; bem como a visualizar, diante disso, quais cenários de futuro imaginávamos para o Brasil dali em diante. As ciências sociais se apresentavam, nesse sentido, como uma imensidão de possibilidades de conhecimento que passaram a se tornar, de forma cada vez mais tangível, a direção que almejava seguir em minha trajetória acadêmico-profissional.

Apesar de ter certeza dessa escolha, ainda parecia complicado vislumbrar qual(is) o(s) caminho(s) profissional(is) possíveis a partir dessa formação. A decisão pelas ciências sociais parecia muito mais orientada pelas oportunidades de aprendizado que poderia encontrar na universidade do que pelos caminhos laborais que aquele diploma poderia trazer. À época, as informações que encontrei acerca da profissionalização na área, seja em conversas sobre vocação profissional ou em buscas online, sempre estavam centradas nas duas alternativas previamente mencionadas, que, naquela ocasião, não almejava exercer. Algumas das poucas citações que encontrei a respeito de outras atuações possíveis não eram acompanhadas de exemplos concretos ou de explicações mais detalhadas.

Tais receios, no entanto, não impactaram a minha decisão de ingressar nas ciências sociais da UnB, espaço no qual grande parte das reflexões que orientaram a construção desta monografia foram construídas. Desde o início da graduação estive majoritariamente satisfeito com o curso, seja por conta da riqueza das discussões ocorridas em sala de aula, pela excelência do corpo docente ou pelos inúmeros momentos de integração e desenvolvimento que a universidade cotidianamente oferecia. Ainda assim, o entendimento de quais seriam e como se davam as funções profissionais competentes a um cientista social fora da academia permaneciam em um território abstrato.

Esse cenário era reforçado nas conversas junto a outros colegas de curso sempre que o tópico central de discussão eram nossos planos profissionais após a graduação. Nessas ocasiões, perdi as contas de quantas vezes ouvi o discurso de que não existiam perspectivas profissionais significativas para um egresso das ciências sociais e que os únicos caminhos, de certa forma, “garantidos”, seriam: prestar o concurso público da Secretaria de Educação ou continuar os estudos por meio do Mestrado e do Doutorado. Naquele momento, no entanto, mesmo essas alternativas pareciam estar ameaçadas, seja por conta da desvalorização do magistério, pelos constantes cortes de verbas das universidades públicas ou pela instituição do Novo Ensino Médio.

No meu terceiro semestre de graduação, angustiado pela ideia de que a não integração em projetos extracurriculares poderia dificultar, ainda mais, minhas chances de uma inserção futura no mercado de trabalho, ingressei na Socius, empresa júnior do curso de ciências sociais da UnB. Na época, tinha pouquíssima noção a respeito do que, de fato, era uma empresa júnior, quais funções teria de exercer a partir do cargo que me seria designado e de que forma essa experiência poderia ser benéfica na construção de uma carreira profissional. Ao longo do tempo, no entanto, tais aspectos passaram a se mostrar cada vez mais tangíveis, na medida em que passei a cumprir uma rotina de trabalho, construir laços com

outros integrantes, assumir responsabilidades e passar a me deparar com uma série de questionamentos sobre todos esses processos que, mais tarde, se transformariam em problemas de pesquisa.

A Socius foi o primeiro espaço do curso em que me senti verdadeiramente confortável para discutir a respeito da profissionalização em ciências sociais sem receios ou hesitações. O ambiente ali parecia ser, justamente, propício para que nós, que compúnhamos a gestão da empresa, começássemos a compartilhar angústias em comum, compreender de que maneiras poderíamos operacionalizar os saberes desenvolvidos durante o curso no mercado de trabalho, visualizar novas alternativas de carreira e buscar entender quais caminhos os egressos do curso de outras gerações haviam trilhado para tentar alcançar suas expectativas profissionais. Foi na Socius onde passei a tomar conhecimento sobre cientistas sociais que anteriormente haviam integrado a empresa e estavam atualmente trabalhando em diversos setores, desde a administração pública, passando pelas relações institucionais até a análise de dados. A partir daí, comecei a nutrir um desejo pessoal de transformar as experiências e reflexões construídas ao longo desse período em objeto de pesquisa.

À época, minha intenção era mapear onde estariam alguns dos antigos integrantes da empresa e compreender mais a respeito de suas trajetórias profissionais, bem como os impactos, sejam positivos ou negativos, que integrar a Socius teriam originado em suas carreiras. Essa vontade passou a crescer ainda mais quando, depois de buscar em repositórios, me deparei com uma escassez de produções sobre essa questão na bibliografia acadêmica. Infelizmente, não pude dar início a essa vontade antes que meu período de contribuição na empresa estivesse encerrado. A realização desse desejo encontra-se aqui, materializada nesta monografia, ainda que parcialmente.

Os objetivos primordiais para a construção deste trabalho centraram-se em contribuir para a construção de uma produção acadêmica que visa discutir os impactos e as dinâmicas que perpassam a atuação de empresas juniores na área de ciências humanas e sociais. Além disso, procurei me inserir nas reflexões que visam compreender e analisar os caminhos profissionais possíveis e concretos aos cientistas sociais no Brasil de hoje. Para que isso fosse possível, ampliei o escopo de análise anteriormente estabelecido e contatei antigos estudantes oriundos de diversas universidades pelo país que também haviam integrado esse tipo de organização. Intencionei, a partir daí, entender as suas trajetórias acadêmico-profissionais por meio de suas próprias palavras e perspectivas.

Esta monografia divide-se em três capítulos, além das considerações iniciais e finais; referências bibliográficas e apêndices. No primeiro capítulo, procurei dissertar sucintamente

acerca dos percursos que, historicamente, constituíram a formação ofertada por instituições brasileiras de ensino superior a seus discentes, bem como sua relação direta com a construção de indivíduos, profissionais e cidadãos que egressam dessas entidades. Também me debrucei sobre o estabelecimento das ciências sociais como campo de conhecimento institucionalizado, desde meados do século XIX, até os dias de hoje, tomando como enfoque especial a relação entre a formação curricular desses cursos com o mercado de trabalho da área. Por fim, analisei uma coleção de trabalhos que compõem o campo de conhecimento denominado por Braga (2013) de Sociologia dos Cientistas Sociais, dedicado, primordialmente, a compreender as perspectivas acadêmicas e profissionais dos egressos dos cursos de ciências sociais a partir das palavras dos próprios sujeitos de pesquisa.

No segundo capítulo me dediquei a explicitar noções básicas a respeito da definição de uma Empresa Júnior, atravessando questões que abarcam: o modo como essas organizações são vistas pelo código jurídico; as maneiras como desenvolvem pessoal, acadêmica e profissionalmente os discentes que as integram; seus mecanismos internos de organização; os meios pelos quais prospectam e realizam serviços de consultoria; dentre outros tópicos relativos ao seu funcionamento. Posteriormente, me debrucei sobre o histórico do estabelecimento do modelo Empresa Júnior em universidades europeias até sua posterior chegada ao país, centrando-me na escassa bibliografia nacional que tem as EJs como tema de pesquisa. Nesse sentido, procurei dissertar a respeito dos pontos de vista de autores que divergem a respeito do potencial formativo e da legitimidade das empresas juniores como instrumento de aprendizado. Finalmente, apresentei os resultados da pesquisa que empreendi em plataformas de busca online visando mapear a existência de empresas juniores vinculadas a cursos de ciências sociais de instituições de ensino superior brasileiras, estando elas ativas ou extintas. Também contatei antigos e atuais integrantes dessas organizações para compreender suas características organizacionais e os principais serviços realizados por elas.

O terceiro capítulo inicia com uma breve reconstrução dos procedimentos metodológicos que nortearam a construção deste trabalho, perpassando todos os processos que levaram à gestação e ao desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, explicito como se deu a definição do objeto e dos métodos de pesquisas, bem como a convocação dos participantes do estudo e a realização, transcrição e análise das entrevistas. A seguir, é apresentado trabalho analítico sobre as respostas obtidas ao decorrer das entrevistas com os egressos de empresas juniores de 4 universidades públicas do país. Tomei como aspectos centrais: as maneiras com as quais os egressos visualizam as forças e as fraquezas inerentes aos seus processos de formação como cientistas sociais, como também suas experiências de

integrar essas organizações. Enfim, procuro compreender os possíveis impactos trazidos pelos saberes aprendidos nas empresas juniores a suas trajetórias profissionais.

Durante as considerações finais elaborei uma síntese dos expostos apresentados ao longo de todo trabalho, na medida em que também sinalizei as lacunas deixadas por esta investigação devido à falta de tempo hábil e que podem ser mais bem compreendidas por futuros pesquisadores na área.

1. SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E MERCADO DE TRABALHO

O estabelecimento daquilo que é atualmente compreendido como o modelo de ensino superior brasileiro sofreu diversas influências estrangeiras desde o início de sua implantação no século XIX. Em um primeiro momento, esquemas relativamente antagônicos serviram de referência para os atuais moldes vigentes no país: os modelos francês e alemão. O primeiro era caracterizado pelo estabelecimento de relações de cumplicidade entre a universidade e o Estado e por privilegiar a oferta de uma formação profissionalizante, por meio de escolas especializadas em determinadas áreas do conhecimento. Em contrapartida, o desenho alemão se notabilizou por preconizar a autonomia da universidade frente ao Estado e pela oferta de uma formação integral, humanista, não pragmática e partidária da indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Ambos tiveram profundos impactos em território brasileiro, fundamentando a implantação da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, respectivamente, no início do século XX (PAULA, 2009).

A partir da reforma universitária do final dos anos 1960, no contexto da ditadura militar, perspectivas estadunidenses também passaram a influenciar as estruturas do sistema de ensino superior. Nesse sentido, novas concepções e objetivos foram colocados em pauta, a exemplo do estabelecimento de uma noção de que deveria existir vínculo de responsabilidade mais estreito entre a universidade e o desenvolvimento econômico-produtivo do país. Além disso, a expansão massiva da oferta de vagas de ensino superior e a tentativa de afastar a universidade de suas vinculações político-ideológicas também foram características desse período. Assim, uma nova concepção de ensino superior, baseada na racionalização de sua produção sob uma lógica mercantil e utilitarista, passou a ganhar corpo (PAULA, 2009).

Na medida em que a conjuntura nacional da década de 1990 esteve marcada pela implementação de medidas político-sociais neoliberais, as universidades públicas passaram a ser cada vez mais questionadas acerca de sua legitimidade enquanto espaços produtores de conhecimento “útil” ao desenvolvimento do país. Esse movimento gestou consequências relevantes, a exemplo da criação de mecanismos de avaliação de produtividade e eficiência dessas instituições, um maior estreitamento de laços financeiros entre a universidade e a iniciativa privada, além do crescimento exponencial do número de entidades privadas de ensino. Ademais, questionamentos a respeito da centralidade que as demandas mercadológicas deveriam ocupar nas formações curriculares ganharam mais força. Em suma, a perspectiva de que o ensino superior deveria ser primordialmente entendido enquanto

um produto ou um serviço a ser prestado passa a constituir-se como uma nova realidade nacional, especialmente nas instituições particulares (PAULA, 2003).

Fora das universidades, um novo contexto produtivo-laboral também ganhou forma. Essa conjuntura, vigente até os dias de hoje, é marcada por um notório acirramento das disputas por espaço no mercado de trabalho, principalmente no âmbito da iniciativa privada. As exigências demandadas por esse novo contexto afetam de forma mais incisiva os jovens trabalhadores, que geralmente estão em busca de uma primeira oportunidade profissional concreta, mas se encontram em desvantagem quando comparados a perfis mais experientes e academicamente qualificados. A parcela daqueles que não detêm um “diferencial” que os destaque perante os demais, usualmente representada pela maior parte do contingente total dessa juventude, costuma ocupar as vagas remanescentes, caracterizadas por sua instabilidade e precariedade (YUNG, 2013). Já aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho acabam se deparando com o desemprego, condição que abarcou, em 2022, 19,2% dos jovens de 18 a 24 anos no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2023).

Desse modo, suprir expectativas pessoais de sucesso, prestígio e remuneração torna-se ainda mais custoso aos recém-egressos do ensino superior. Os investimentos¹ econômicos e emocionais depositados pela rede familiar desses discentes em suas futuras carreiras profissionais também se configuram enquanto fatores de pressão que marcam as realidades desses jovens (YUNG, 2013).

A vista desse contexto, Teixeira e Gomes (2005) se utilizam de ampla bibliografia para argumentar sobre como os jovens detentores de metas e planos de carreira mais bem delineados sentir-se-iam mais seguros para orientar estratégias rumo à concretização de seus objetivos laborais e ao enfrentamento dos possíveis obstáculos que venham a surgir pelo caminho. Por meio de estudo realizado com uma amostra não representativa de graduandos em etapa de conclusão de seus respectivos cursos, Teixeira e Gomes (2005) puderam inferir que a construção de planos e expectativas de carreira sólidos estariam atrelados a uma multiplicidade de fatores que abarcam características subjetivas e objetivas não apenas relacionadas às trajetórias acadêmico-profissionais desses discentes, como também ao futuro campo laboral escolhido por eles. São considerados aspectos como: a busca proativa, por parte desses estudantes, de integrar atividades de ensino, extensão, pesquisa e estágios

¹ Esses investimentos representam, para muitas famílias, as expectativas de que os discentes que adentram o ensino superior possam elevar o status social e financeiro de seu núcleo familiar (YUNG, 2013).

relativos à área escolhida; o conhecimento que eles detêm a respeito de suas próprias potencialidades e fraquezas; a confiança na capacidade que possuem de concretizar seus objetivos profissionais; a percepção de futuras adversidades que podem dificultar suas jornadas e a existência de uma rede afetiva de apoio que acompanhe esses discentes durante seus processos de formação.

Nesse sentido, cabe salientar a ênfase dada pelos autores às facilidades e obstáculos que constituem a inserção no respectivo campo profissional de preferência dos estudantes a partir de seu caráter subjetivo. Teixeira e Gomes (2005) argumentam que a maneira como os graduandos visualizam os percalços existentes na área de atuação que escolheram pode ser mais decisiva na elaboração de seus planos de carreira do que as condições objetivas da oferta de postos de trabalho desses campos. Assim, a dificuldade de obter as informações a respeito dos caminhos profissionais existentes pode constituir um componente essencial na incapacidade desses discentes em vislumbrar concretamente seus futuros profissionais (TEIXEIRA & GOMES, 2005; YUNG, 2013).

Tomando como enfoque os estudantes vinculados à graduação em ciências sociais, temática central desta monografia, procurei investigar as maneiras pelas quais os pressupostos citados podem ser compreendidos a partir das especificidades existentes no conjunto das formações cursadas por eles, ainda que as mesmas apresentem distinções quando se leva em consideração a quantidade de cursos existentes em âmbito nacional.

1.1 Os cursos de graduação em ciências sociais e sua relação com o mercado de trabalho

Os cursos de graduação em ciências sociais brasileiros atualmente se organizam, de forma geral, a partir da reunião de 3 grandes áreas do conhecimento: antropologia, ciência política e sociologia². A maior parte dos discentes que fazem opção pelo curso podem escolher entre 5 percursos acadêmicos possíveis: a licenciatura em ciências sociais ou sociologia; o bacharelado em antropologia; o bacharelado em ciências sociais; o bacharelado em ciência política ou o bacharelado em sociologia; com cada instituição de ensino ofertando os cursos de acordo com sua disponibilidade e interesse (BALTAR, 2013; YUNG, 2013).

Para que seja possível traçar um histórico das ciências sociais enquanto campo de conhecimento formalmente institucionalizado no país é preciso, primeiramente, retornar ao

² Por vezes, esses campos constituem cursos à parte das outras áreas, a exemplo das graduações específicas em ciência política da UnB e UFPE (UFPE, s.d; UnB, s.d).

período em que os cursos de graduação vinculados à área sequer existiam. É de relativo consenso entre pesquisadores que as primeiras reflexões acerca da conjuntura social e política do Brasil se deram a partir das décadas finais do século XIX. Naquele tempo, profissionais oriundos de outros campos de conhecimento, a exemplo do jornalismo, da literatura, da história e do direito, se debruçaram sobre a realidade nacional a partir de enfoques e métodos distintos àqueles atualmente consolidados na pesquisa e análise social. Essa época passou a ser comumente reconhecida como o período pré-científico das ciências sociais em âmbito nacional (SEGATTO & BARIANI, 2010).

Algumas décadas depois, no início do século XX, esse conhecimento passaria a adentrar as universidades brasileiras por meio da oferta de disciplinas específicas a graduandos dos cursos de direito³. Posteriormente, com o advento da Reforma Rocha Vaz (1925), a sociologia também começa a constar nos currículos de algumas escolas de ensino secundário regular, vide o Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro; e as Escolas Normais do Recife e do Distrito Federal (SEGATTO & BARIANI, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Foi, no entanto, a partir dos anos 1930 que a institucionalização das ciências sociais ganhou novos contornos, visto que esse conhecimento passou a ser produzido de forma especializada, recorrente e sistemática no interior de instituições de ensino e pesquisa. O símbolo dessa nova etapa de desenvolvimento se deu por meio da abertura dos cursos de graduação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933); da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro⁴ (1935). À época, esses processos estiveram intimamente relacionados ao incremento do subsídio estatal à pesquisa e ao conseqüente movimento de organização universitária (MICELI, 1985; OLIVEIRA 2015).

A formação ofertada pelo curso de ciências sociais da ELSP vinculou-se aos objetivos de construção de um quadro de profissionais dotados de competências técnico-administrativas, que seriam capazes de atuar diretamente nas tomadas de decisão em altas instâncias sociais e econômicas do país. Em contrapartida, os cursos da UDF e da USP visavam, em última instância, a formação de docentes para a educação básica (MICELI, 1985; BONELLI, 1993; YUNG, 2013; BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2015).

³ Aulas de sociologia já eram ministradas para estudantes do curso de direito desde o ano de 1912 na Faculdade de Direito do Ceará (SEGATTO & BARIANI, 2010).

⁴ Primeiramente, a noção de ciências sociais se confundia diretamente com a de sociologia. Depois dos anos 1960, as demais áreas que compõem o campo passaram a construir trajetórias singulares no país (SEGATTO & BARIANI, 2010). Para o desenvolvimento desse trabalho, procurei centrar-me nas discussões referentes aos diplomados bacharéis em ciências sociais e em sociologia, me furtando às especificidades constitutivas das áreas de antropologia e ciência política. Apesar de considerá-las igualmente relevantes, penso que não haveria tempo hábil para discorrer a respeito das mesmas com a importância da qual merecem nesta monografia.

A profissionalização das ciências sociais encontrou dificuldades, desde seu início, no que tange à demarcação de objetos de pesquisa e espaços específicos de atuação laboral. A disputa por posições no mercado de trabalho com egressos de outras áreas do conhecimento – como direito, administração pública e economia – que tiveram suas funções profissionais previamente regulamentadas, impôs severos obstáculos aos sociólogos. Nesse contexto, houve impasses na delimitação de um monopólio da prestação de funções competentes aos saberes desenvolvidos durante a formação desses trabalhadores (BONELLI, 1993; YUNG, 2013).

A partir da Reforma Universitária do ano de 1968, no contexto da ditadura militar, o movimento de expansão do ensino superior em escala nacional motivou a abertura de diversos programas de graduação e pós-graduação em múltiplas áreas do conhecimento, incluindo as ciências sociais. Por conseguinte, foram criados novos periódicos e associações científicas vinculados à área, assim como novas políticas de subvenção pública e privada à pesquisa universitária. Ademais, houve o estímulo à promoção de trocas de saberes entre profissionais de universidades nacionais e internacionais. Todos esses elementos foram decisivos para a conquista do prestígio e da excelência angariados pela área de ciências sociais no meio acadêmico (SEGATTO & BARIANI, 2010; OLIVEIRA, 2015).

A partir desse cenário, há uma contenda acerca do estabelecimento de uma distinção precisa entre profissionais acadêmicos e extra-acadêmicos nas ciências sociais, que nortearia aspectos-chave vinculados à remuneração, ao prestígio e ao reconhecimento perante os pares. Nesse sentido, Miglievich (1999) aponta que a conquista do meio acadêmico enquanto espaço por excelência das ciências sociais fez com que possíveis iniciativas de garantir postos de trabalho e um ambiente profissional favorável fora da universidade angariassem pouca força.

Ainda sob essa ótica, Bonelli (1993) afirma a existência de uma perspectiva predominante que concebe o processo de profissionalização no campo apenas quando submetido às prerrogativas da universidade pública. Assim, fazer das ciências sociais a sua área primordial de atuação denotaria ao indivíduo, necessariamente, o acesso à independência e à liberdade profissional que são características da produção de conhecimento especializado. Esse cenário destoa incisivamente daquele vivenciado pelos cientistas sociais extra-acadêmicos, principalmente quando se leva em consideração aqueles inseridos na iniciativa privada, que estariam envolvidos em uma dinâmica que orienta a realização de seus trabalhos a partir das demandas dos contratantes, geralmente vinculadas a prazos estreitos de realização. Durand (1984) vai mais além quando afirma a existência de uma clara cisão entre os cientistas sociais que trabalham dentro e fora da universidade. De acordo com o autor, aqueles que não decidem seguir o caminho acadêmico de profissionalização são encarados pelos seus

pares a partir de sentimentos que variam da “complacência à hostilidade” (DURAND, 1984, p. 1), seja por conta de motivações políticas ou de ordem teórica. O desgosto mais intenso seria direcionado aos cientistas sociais atuantes na área de pesquisa de mercado, que seriam entendidos como profissionais de atuação limitada, acrítica e dependente dos mandos e desmandos da iniciativa privada. Por conta disso, seriam supostamente incapazes de desenvolver projetos que contam com reflexões mais profundas.

Essas inquietações foram gestadas em uma antiga conjuntura na qual as universidades públicas eram fundamentalmente ocupadas por estudantes oriundos de classes sociais mais abastadas, sendo anterior a políticas de cotas raciais e sociais, por exemplo. Dessa forma, o desgosto dirigido a cientistas sociais atuantes na iniciativa privada parece encontrar mais fundamento a partir da noção de que existiria, naquele período, uma maior liberdade de escolha desses estudantes, visto que não teriam de encarar preocupações financeiras urgentes imediatamente após saírem da universidade.

Os processos apresentados tiveram papel determinante na formação curricular dos cursos de graduação de ciências sociais (GOMES & AZEVEDO, 2017). Nesse sentido, Moraes (2017) afirma que as matrizes curriculares das ciências sociais foram historicamente concebidas a partir da não-integração entre a formação e o mercado de trabalho extra-acadêmico, privilegiando a construção de competências teóricas em detrimento das práticas⁵. Segundo o autor, mesmo as disciplinas de métodos e técnicas se debruçariam, primordialmente, sobre as questões epistemológicas que envolvem a pesquisa na área. Ademais, também salienta a escassa presença do ensino de metodologias quantitativas na maior parte dos cursos. Essa problemática se torna particularmente relevante quando se leva em consideração que o número de vagas existentes no mercado acadêmico não é, nem de longe, suficiente para absorver a demanda de profissionais formados nos cursos de ciências sociais (FLEISCHER, 2017). Dessa forma, Gomes & Azevedo (2017) entendem que a transformação do currículo vigente poderia configurar-se como um elemento importante na superação da divisão que historicamente perpassa as relações entre profissionais acadêmicos e extra-acadêmicos.

A regulamentação da profissão de sociólogo por meio da Lei 6.888/80 poderia consolidar-se enquanto marco histórico de alteração do cenário de dificuldades enfrentadas

⁵ Ao longo do desenvolvimento da sociologia, diversos pensadores, a exemplo de Bourdieu, Passeron e Mills se debruçaram acerca da centralidade que a teoria e a experiência prática deveriam assumir no ofício do sociólogo (BALTAR & BALTAR, 2017). Em vista das limitações inerentes a um trabalho de conclusão de curso e do pouco tempo disponível, não foi possível dissertar plenamente acerca dessas questões com a profundidade necessária.

pelos cientistas sociais extra-acadêmicos na demarcação de seu espaço no mercado de trabalho. Nos termos dessa legislação, caberia ao profissional diplomado nos cursos de sociologia, sociologia e política, ou ciências sociais⁶:

- a) elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;
- b) ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;
- c) assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;
- d) participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social (BRASIL, 1980).

Além de delimitar competências profissionais, a norma dispõe sobre os espaços que seriam responsáveis pela contratação dos sociólogos e acerca de questões relativas aos contratos de trabalho possíveis a esses trabalhadores. A lei, no entanto, não teve o efeito prático necessário para a transformação da conjuntura mencionada, visto que, segundo Miglievich (1999), ela não teria contemplado tópicos de suma importância, como a estipulação de uma carga-horária profissional e uma demarcação mais explícita das funções competentes ao sociólogo em relação a outros campos das humanidades. Além disso, a inexistência de um código de ética também pesou como ponto desfavorável à aplicabilidade prática dessa legislação. Dessa maneira, a lei não contribuiu para a garantia de uma reserva de mercado que pudesse abarcar, de forma mais ampla, as necessidades dos sociólogos extra-acadêmicos (MARINHO 1987; MIGLIEVICH, 1999; GOMES & AZEVEDO, 2017).

A dificuldade na delimitação de funções profissionais específicas aos sociólogos extra-acadêmicos e o desconhecimento acerca do trabalho realizado por eles fora do âmbito universitário atuam diretamente contra a construção de uma identidade profissional sólida da categoria. De acordo com Miglievich (1999), uma comunidade profissional seria caracterizada pela:

⁶ Não existem legislações regulatórias específicas aos profissionais diplomados a partir das habilitações de ciência política ou antropologia

união de seus membros por um sentido de identidade comum; pela suposição de que é ela o status, normalmente, definitivo do indivíduo; pela comunhão de valores; por um grau razoável de consenso acerca da inclusão e exclusão no grupo; pela uniformidade de linguagem, compreendida apenas parcialmente pelos de fora; pela existência de uma área comum de atuação; pela prevalência da comunidade sobre os membros individuais; pela definição de limites suficientemente claros dentro dos quais os atores se movimentam; pelo controle do processo de formação e treinamento dos futuros profissionais (MIGLIEVICH, 1999).

A noção de uma identidade profissional difusa dificultaria, portanto, não apenas a absorção desses trabalhadores por organizações vinculadas ao mercado de trabalho fora da universidade, como também no próprio entendimento desses cientistas sociais enquanto parte de uma comunidade comum. Em estudo feito pela autora com 21 egressos do curso que atuavam, na época, em quatro organizações do terceiro setor do Rio de Janeiro, apenas um deles se autodefinia enquanto sociólogo. A maioria desses profissionais era reconhecida em seu ambiente de trabalho, e também se autodenominava, como técnicos sociais.

Nesse mesmo estudo, os entrevistados também expressaram as dificuldades enfrentadas por eles na busca por reconhecimento e legitimidade de suas formações acadêmicas e atuações profissionais no interior desses espaços. Segundo a autora, o estigma de que sociólogos seriam “excessivamente acadêmicos” e pouco adaptáveis às dinâmicas profissionais do mercado de trabalho fora da universidade contribuíram para a consolidação desse cenário. Nesse sentido, as trajetórias desses profissionais foram marcadas pela constante necessidade de galgar espaços de trabalho inicialmente pouco abertos a integrá-los (MIGLIEVICH, 1999).

No que tange à profissionalização em ciências sociais no século XXI, a busca por espaço no mercado de trabalho se mantém acirrada, sendo caracterizada pela disputa por vagas junto a egressos de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, Silva, Wanderley, Machado & Tadokoro (2007) constroem uma classificação que divide as áreas de atuação possíveis a esses trabalhadores em 3 categorias distintas. A primeira diz respeito às Áreas Reservadas, aquelas em que os cientistas sociais detêm preferência em comparação a outros profissionais. Nessa categoria estariam localizadas as atividades de docência e pesquisa nas escolas de ensino médio regular, nas universidades e nos institutos.

As Áreas Não Exclusivas representam a segunda categoria, que denotaria funções laborais que consideram a relevância do trabalho de cientistas sociais, mas os coloca sob o

mesmo grau de importância conferido aos profissionais oriundos de outros campos do saber. Entre as áreas correspondentes a essa classificação cabe citar a atuação sindical, o assessoramento político, a diplomacia, a gestão pública e os postos de trabalho que abarcam questões socioambientais e rurais.

Por fim, a terceira categoria é referente às Áreas em disputa, na qual o trabalho do cientista social não é alçado a um lugar de destaque perante os demais profissionais. Isso incluiria os setores que contam com equipes multidisciplinares, a exemplo dos recursos humanos, do mercado editorial e do setor jurídico.

Mais recentemente, a Lei 11.684/2008, que prevê a obrigatoriedade do ensino de sociologia para estudantes de ensino médio, gestou importantes impactos no campo profissional dos egressos dos cursos de ciências sociais. Após uma trajetória intermitente no ensino regular, a nova legislação possibilitou que fosse possível assegurar uma reserva relevante de postos de trabalho para docentes de sociologia na educação básica. Observou-se, desde então, o aumento do número de cursos de licenciatura em ciências sociais no bojo dos impactos do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), além do fortalecimento de entidades representativas da classe e do crescimento do número de trabalhos e eventos acadêmicos dedicados a entender as especificidades do ensino da sociologia (GOMES & AZEVEDO, 2017).

Entretanto, a promulgação da mais recente reforma do ensino médio, por meio da Lei nº 13.415/2017, desencadeou uma série de novos desafios não apenas aos profissionais das ciências sociais, como também a trabalhadores da área de educação como um todo. Essa reforma foi aprovada sem que houvesse uma ampla discussão de seus impactos junto à comunidade educacional e propõe a redução de carga horária para a maioria das disciplinas tradicionais, limitando a atuação dos professores de sociologia e os relegando à coordenação das questionáveis disciplinas de projeto de vida ou de outras matérias eletivas pouco integradas à experiência e bagagem acadêmico-profissional desses docentes. Além disso, a escassez de condições para a oferta dos diferentes itinerários formativos possíveis, que foram instituídos sob a justificativa de uma suposta liberdade de escolha dos alunos, pode ser decisivo a um acirramento, ainda maior, das desigualdades educacionais entre instituições públicas e privadas. Dessa forma, postos de trabalhos, antes consolidados e reservados aos profissionais das ciências sociais, foram, mais uma vez, postos em cheque (FERREIRA, 2021).

Também cabe citar o modo como áreas profissionais pautadas pela tecnologia e informatização começaram a configurar-se como possíveis destinos profissionais aos egressos

em ciências sociais. São abarcados, por esse contexto, campos que lidam diretamente com a análise de dados, a programação, a inteligência artificial, *machine learning* e pesquisas de experiência do usuário (*UX Research & UX Design*). Esses profissionais podem ter contribuição especialmente relevante na construção de dispositivos digitais que lidam com aspectos humanos e sociais, de forma a prevenir a ocorrência de vieses que reforçariam preconceitos e desigualdades, a exemplo do racismo algorítmico (SPYER, PRADO & CORBO, 2021; CARLOS, 2022).

Em suma, os egressos dos cursos de ciências sociais no Brasil enfrentaram, desde o início da institucionalização formal da disciplina, dificuldades na demarcação de seu espaço no mercado de trabalho (BONELLI, 1993; SEGATTO & BARIANI, 2010). A conquista do ambiente universitário como lugar de excelência da área, aliada aos obstáculos impostos pela disputa de vagas de emprego com profissionais de outros campos de conhecimento, foram elementos determinantes para o estabelecimento de uma cisão entre cientistas sociais acadêmicos e extra-acadêmicos. Essa divisão perpassa aspectos vinculados à remuneração, ao prestígio e ao reconhecimento perante os pares e perdura até hoje (DURAND, 1984; BONELLI, 1993; SEGATTO & BARIANI, 2010; OLIVEIRA, 2015). Mesmo com as recentes conquistas e novos possíveis postos de trabalho, os cientistas sociais que obtiveram sucesso em suas trajetórias profissionais fora da docência e da pesquisa ainda seriam mais entendidos enquanto exceção do que como regra (BONELLI, 1994; MIGLIEVICH, 1999; MORAES, 2017).

1.3 Formação profissional em ciências sociais nas palavras dos egressos do curso

Em trabalho recente a respeito das atuais percepções e futuras perspectivas profissionais de formandos do curso de ciências sociais da Universidade de Brasília, Ribas (2020) atentou para a persistência de um discurso pessimista recorrente entre o corpo discente. Ainda que pudessem assumir caráter anedótico, algumas das falas proferidas pelos estudantes aludiam a um sentimento de resignação diante de expectativas profissionais pouco promissoras. A exceção a essa realidade residiria nos dois caminhos tidos, muitas vezes, como naturais ao egresso do curso: a prestação de concurso público junto à Secretaria de Educação ou a continuidade dos estudos através da realização do mestrado e doutorado acadêmicos.

Na tentativa de compreender se discursos semelhantes também poderiam ser identificados nas falas de discentes de outras épocas, instituições ou unidades da federação; e se os ideais imbuídos nesses discursos realmente se provaram, de alguma forma, verdadeiros

na maneira como os egressos construíram suas trajetórias laborais, passei a me debruçar sobre uma miríade de trabalhos que compõem um campo que Braga (2011) denominou de “Sociologia dos Cientistas Sociais”. Essas produções dedicaram-se a compreender as particularidades inerentes às experiências desses profissionais a partir de suas próprias palavras e/ou perspectivas. Nesse contexto, cabe destacar 2 importantes produções da década de 90 que influenciaram decisivamente estudos posteriores na área: os trabalhos de Bonelli (1993) e Migliovich (1999).

Ao escrever sua tese de doutorado, era de interesse de Bonelli (1993) ir além de análises predominantes à época que concebiam as ciências sociais como uma área profissional em crise no país. Procurou, dessa forma, compreender plenamente os caminhos trilhados pelo campo e seus egressos no sistema de profissões vigente. Para isso, se pautou no histórico de estabelecimento das ciências sociais no Brasil, a aparente dicotomia existente entre a intelectualidade construída nas universidades e os sociólogos extra-acadêmicos e as fronteiras profissionais da área junto a campos vizinhos das humanidades. Além disso, promoveu um estudo comparativo entre as condições profissionais de sociólogos brasileiros e estadunidenses, considerando os contextos específicos de desenvolvimento da sociologia nesses dois países.

Para levar a cabo os objetivos propostos, Bonelli (1993) investigou o perfil de profissionais filiados à ASESP (Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo) que, à época, era a entidade associativa mais expressiva da categoria no país. A partir da análise de 1988 fichas de registro de cada um dos sociólogos vinculados à entidade, a autora constatou que a maioria deles eram do sexo feminino (67,7% do total)⁷ e trabalhavam na iniciativa pública (50,3%), desempenhando uma série de funções profissionais distintas. Entre as fichas que especificavam as ocupações dos filiados (71,5% do total), a docência foi a atividade profissional mais citada (22,9%), assumindo ampla margem sobre a segunda colocada: a de assistente, analista e técnico (5,7%). Outros dados relevantes destacam os respondentes que afirmaram estar desempregados à época da realização da pesquisa (15%).

Ainda de acordo com o estudo de Bonelli (1993), o curso de ciências sociais é percebido de maneira mais positiva entre os egressos que posteriormente não se dedicaram a trabalhar na área. Para essas pessoas a graduação significou, primordialmente, a viabilização do acesso a um diploma de ensino superior e um meio para o desenvolvimento de novas

⁷ Em contrapartida, quando a autora estabeleceu correlações entre as variáveis obtidas, percebeu que os homens eram maioria entre os setores laborais mais bem posicionados, ou seja, saíam na frente na competição intraprofissional por posições de destaque no mercado de trabalho específico dos cientistas sociais.

visões e perspectivas de mundo. Os maiores níveis de insatisfação foram percebidos entre aqueles que teriam cursado as instituições mais reconhecidas no estado, como PUC-SP, USP e FESPSP. Segundo a autora, isso estaria relacionado a uma possível frustração oriunda dos numerosos esforços para ingressar e permanecer nessas instituições e o conseqüente descontentamento em virtude dos retornos profissionais alcançados que, em tese, não recompensariam todo esse empenho. Outra diferença importante que esteve presente na pesquisa de Bonelli (1993) diz respeito aos distintos caminhos profissionais trilhados pelos egressos de instituições públicas, que estariam primordialmente cumprindo funções de docência e pesquisa; e o de entidades privados, destaques em funções administrativas e de gestão.

Por sua vez, o estudo produzido por Miglievich (1999) teve como objetivo primordial compreender as particularidades inerentes à atuação de sociólogos em espaços profissionais fora da academia. Para isso, a autora entrevistou 21 cientistas sociais que trabalhavam em 4 entidades não governamentais do Rio de Janeiro: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas); FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional); IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e SENAC-DN (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Nacional).

Segundo a autora (1999), esses profissionais compreendiam a relevância de suas atuações a partir da intervenção direta na realidade, visando a concretização de mudanças sociais. Estariam, nesse sentido, em proximidade com as instâncias reais de decisão institucional, atuando na elaboração ou execução de projetos e políticas públicas. Dessa forma, a aplicabilidade dos saberes desenvolvidos na universidade era entendida como uma maneira de atuar efetivamente para a proposição de soluções para problemáticas sociais urgentes.

No entanto, os relatos também expressaram críticas a alguns aspectos que caracterizavam as rotinas de trabalho nessas organizações, visto que os prazos estritos para o cumprimento das demandas não permitiam que fosse possível desenvolver reflexões teóricas mais complexas. Além disso, dificuldades na legitimação de suas produções seriam uma tônica nesses espaços devido ao modo como alternativas e soluções propostas por cientistas sociais não angariavam a mesma autoridade conferida àquelas elaboradas por profissionais de outros campos do conhecimento. Nesse sentido, Miglievich (1999) ressalta os obstáculos que perpassam as jornadas de sociólogos que procuraram estabelecer-se profissionalmente transitando entre espaços acadêmicos e não acadêmicos. Segundo a autora, essas barreiras

influenciaram decisivamente o baixo número de exemplos concretos de profissionais que foram bem-sucedidos e respeitados em ambos os cenários à época do estudo.

Braga (2009), em trabalho mais recente, também se dedicou a compreender as trajetórias de cientistas sociais, tendo como enfoque aqueles que integravam o mercado de pesquisa de opinião pública. A vontade por delinear seu estudo a partir desse escopo se deu por meio da constatação de que, apesar de essa atividade ter angariado espaço recorrente na imprensa e no debate público, pouco material acadêmico havia sido produzido a respeito dos profissionais que integravam institutos e organizações de pesquisa de opinião.

A partir da realização de *survey* e entrevistas em profundidade com egressos dos cursos de ciências sociais que haviam adentrado o setor, o autor pôde elaborar importantes questionamentos acerca das dificuldades enfrentadas por cientistas sociais em alcançar reconhecimento e inserir-se plenamente em espaços profissionais extra-acadêmicos. Nesse sentido, percebe-se a manutenção de um cenário, já explicitado por Miglievich (1999), em que a fragilidade da identidade profissional da categoria e a clara cisão entre trabalhadores universitários e não-universitários estariam traduzidas na ideia de que aqueles que não delinearão suas carreiras a partir da academia representariam um desvio à noção profissional previamente estabelecida para a área. Aqueles que optassem por esse caminho, portanto, estariam assumindo os ônus que porventura esse status poderia trazer. Por fim, o autor também afirmou a relevância de perspectivas que preconizariam um maior desenvolvimento técnico na formação curricular dos estudantes de ciências sociais, sem que, para isso, se renuncie à reflexão crítica.

Também destaco aqui produções empreendidas por pesquisadores da Universidade de Brasília que construíram trabalhos de monografia pautados na reflexão de questões relativas à profissionalização na área. Yung (2013) e Ribas (2020) partem de enfoques e perspectivas distintas para compreender o modo como, respectivamente, egressos e atuais estudantes do curso de ciências sociais da instituição visualizam pontos positivos e negativos de sua formação e, conseqüentemente, concebem suas possibilidades de inserção profissional a partir dela.

Por fim⁸, saliento, dentre essas produções, a pesquisa realizada por integrantes da Socius, empresa júnior vinculada ao curso de ciências sociais da Universidade de Brasília, em 2013. Reunindo uma equipe de mais de 20 pesquisadores, entre membros da EJ e docentes da

⁸ Não houve a pretensão, a partir desse levantamento, de realizar um apanhado completo dos trabalhos enquadrados como parte da Sociologia dos Cientistas Sociais, visto que não haveria tempo, nem espaço hábil, para apresentar todos eles com a importância que merecem.

instituição, o estudo envolveu uma amostra representativa de 310 estudantes dentre os 723 que estavam matriculados no curso durante o 1º semestre letivo de 2013. O objetivo primordial da iniciativa foi investigar os aspectos sociodemográficos – renda, autoidentificação étnico-racial idade, local de moradia, etc – que caracterizavam o corpo discente por meio da utilização de questionários auto aplicados. Além disso, era de interesse da investigação, dentre outras questões, compreender os motivos que influenciaram a opção desses estudantes pelas ciências sociais, seus níveis de satisfação com a formação curricular ofertada e as perspectivas acadêmicas e profissionais que visualizavam para o futuro.

Entre os resultados relatados, a maioria dos discentes afirmou que a opção pelo curso se deu em virtude de uma afinidade anterior com a área (39,4% da amostra) ou razões de ordem pessoal (27,7% da amostra). Em contrapartida, justificativas relacionadas ao mercado de trabalho foram expressas por apenas 6 dentre os 310 entrevistados (1,1% da amostra), denotando o baixo impacto desse aspecto para a decisão desses estudantes de ingressar nas ciências sociais. O corpo discente, em sua maioria, também demonstrava motivação em continuar a graduação (81,9% da amostra) e aprovavam a formação curricular ofertada (66,5% da amostra entre muito satisfeitos e satisfeitos). Apesar disso, manifestaram frustração com as oportunidades profissionais vinculadas à área, especialmente àquelas fora da academia (61,6% entre pouco satisfeitos e insatisfeitos).

Considerando o exposto, a presente monografia também pretende se inserir nas discussões acerca das complexidades inerentes à formação universitária em ciências sociais e os seus impactos na construção das trajetórias acadêmico-profissionais de seus egressos. Tomei como ponto de partida para a construção deste trabalho as empresas juniores vinculadas aos cursos desse campo de conhecimento, bem como os possíveis impactos decorrentes do funcionamento dessas organizações, não apenas para os discentes que integraram seus quadros de colaboradores, como também para os cursos a que estão vinculadas. As empresas juniores são aqui entendidas como uma das conexões diretas entre a universidade e o mercado de trabalho extra-acadêmico, tal como salientado por Reis (2001).

2. SOBRE AS EMPRESAS JUNIORES E SUAS CARACTERÍSTICAS

Ao longo deste capítulo procurei apresentar as principais características de uma empresa júnior, em termos jurídicos e educacionais, bem como o histórico do estabelecimento do modelo EJ no Brasil e no mundo, as maneiras como essas empresas foram abordadas. Por fim, realizei um mapeamento que procurou dar conta de traçar quais organizações do tipo que são especificamente vinculadas a cursos de ciências sociais se encontram atualmente em funcionamento no Brasil.

Nos termos da Lei 13.267/2016 uma empresa júnior é organizada:

sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho (BRASIL, 2016).

Podem ser concebidas, portanto, como organizações sediadas em instituições de ensino superior e gerenciadas por estudantes de graduação que têm como objetivo principal proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades práticas aos seus integrantes. Tal processo se dá por meio da vivência de situações análogas às futuras funções profissionais das respectivas áreas de atuação desses discentes. Nesse sentido, as empresas juniores atuam no provimento dos meios necessários à aplicação dos conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula (DE MATOS, 1997; ZILLOTTO & BERTI, 2012; BRASIL JÚNIOR, s.d).

As EJs, sigla pelo qual também são reconhecidas, estão inscritas enquanto associações civis no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Essa condição assinala o cumprimento de regras e deveres, assim como o acesso a direitos inerentes a esse status. As empresas juniores possuem conselhos administrativos, estatuto social reconhecido em cartório e gestão independente das decisões tomadas por instâncias superiores de suas instituições de origem. Se orientam a partir da oferta de serviços geralmente concentrados nas áreas de assessoria e consultoria, que devem estar diretamente relacionados ao conteúdo programático do(s) curso(s) ao(s) qual(is) seus integrantes estão vinculados. Tais projetos precisam, também, estar em conformidade com as legislações e convenções profissionais das áreas correspondentes (DE MATOS, 1997; ZILLOTTO & BERTI, 2012; BRASIL 2016).

As EJs operam a partir da oferta de serviços de baixo custo a fim de disputar espaço no mercado com empresas sêniores em maior condição de equilíbrio. Esses serviços possuem público-alvo variado, a depender da(s) área(s) de atuação de cada organização, podendo abarcar pessoas jurídicas, representadas pelo setor privado, setor público e entidades do terceiro setor (DE MATOS, 1997), e pessoas físicas, a exemplo de pós-graduandos e docentes. Apesar da clientela diversa, a lei 13.267/2016 prevê que as empresas juniores desempenham papel ativo no estreitamento de laços específicos entre as “instituições de ensino superior e o meio empresarial” (BRASIL, 2016), sendo responsáveis, também, pelo fomento ao “espírito crítico, analítico e empreendedor” (BRASIL, 2016). Dessa forma, também são entendidas como responsáveis diretas pela formação de novos empreendedores dotados de tais características.

Em virtude do caráter educacional e formativo dessas organizações, todos os recursos obtidos a partir da realização desses projetos precisam ser exclusivamente reinvestidos na otimização das atividades-fim da empresa (BRASIL, 2016). Tal prerrogativa abarca a manutenção dos equipamentos e do espaço físico utilizados pela EJ; o fomento à participação de seus integrantes em cursos de capacitação que os auxiliem em seu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico; além do custeio de inscrições e viagens dos membros a encontros e congressos. As empresas juniores também podem atuar na promoção de atividades acadêmicas, a exemplo de palestras, seminários e minicursos, abrangendo em seu público-alvo a comunidade universitária vinculada às instituições em que estão sediadas (DE MATOS, 1997).

Além de atuarem na realização dos serviços contratados, os integrantes de uma empresa júnior desempenham as demandas administrativas, financeiras, burocráticas e de pessoal necessárias à subsistência da organização. Esse trabalho é feito de forma voluntária, sendo vedada qualquer possibilidade de remuneração aos discentes. Ademais, também cabe salientar que a realização dos projetos conta, em teoria, com a participação de orientadores, que auxiliam os estudantes durante todo o processo. Essa orientação pode ser desempenhada por professores vinculados ao departamento em que a empresa se encontra sediada ou de profissionais especialistas na área. Na prática, entretanto, a presença constante desses orientadores varia de empresa para empresa, com os estudantes atuando, muitas vezes, de maneira autônoma. (DE MATOS, 1997; ZILIOFFO & BERTI, 2012; DA SILVA, 2019; BRASIL JÚNIOR, s.d).

2.1 Como foram construídas as empresas juniores

A primeira organização construída e gerida por estudantes de uma instituição de ensino superior foi fundada na França em 1967. A Junior ESSEC nasceu da vontade de discentes do curso de administração da *École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales* (ESSEC) de vivenciar experiências práticas que pudessem complementar a bagagem teórica construída por eles durante a graduação. Dessa forma, a empresa passou a ofertar uma cartela de serviços financeiros e de marketing e rapidamente galgou espaço e reconhecimento junto ao mercado consumidor. A Junior ESSEC tornou-se, nesse contexto, modelo inspirador para a criação de outras organizações do tipo no país. Dois anos depois, o número de empresas juniores na França já ultrapassava os 20 e, ao final da década de 1980, a iniciativa já havia se espalhado por diversos países do continente europeu, assim como por nações de África e da América do Norte. Além disso, as EJs passaram a ser concebidas enquanto instrumento legítimo de aprendizagem por áreas de conhecimento além da administração, a julgar pelo surgimento de empresas nos cursos de arquitetura, comunicação, engenharias e veterinária durante esse período (DE MATOS, 1997).

Concomitantemente à disseminação internacional do modelo empresa júnior, integrantes dessas organizações passaram a se reunir em confederações que abarcavam diferentes níveis de governança: regional, nacional e/ou internacional. Essas entidades foram fundadas visando a materialização de alguns objetivos-chave: a criação de instâncias de representação institucional das empresas juniores; a divulgação do modelo EJ e seus impactos positivos à formação profissional para o mercado de trabalho; e a adoção de relativa coesão entre as empresas participantes, por meio do compartilhamento de valores, métodos e ações comuns (DE MATOS, 1997).

A iniciativa chegou ao Brasil em 1988, por meio de ação coordenada por João Carlos Chaves, que, à época, era diretor da Câmara de Comércio Brasil-França. Chaves empreendeu esforços para convencer discentes e docentes acerca do potencial do modelo empresa júnior enquanto mecanismo legítimo de aprendizagem empresarial dos estudantes do curso de administração. As características organizacionais das empresas francesas serviram de inspiração para a construção de entidades que pudessem adotar aquilo que foi bem-sucedido no país, ao mesmo tempo em que também assumissem algumas especificidades a fim de se adaptarem à realidade do mercado brasileiro. Os resultados desses esforços foram

concretizados com a fundação da EJFGV⁹, empresa júnior do curso de administração da FGV-SP que passou a ofertar serviços de consultoria nas áreas operacional e financeira. A empresa também passou a servir de modelo para a criação de novas EJs brasileiras (DE MATOS, 1997).

Em meados da década de 1990, integrantes das 7 empresas juniores já existentes no estado de São Paulo fundaram a FEJESP (Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo), a primeira do tipo em solo brasileiro. As motivações para a abertura da entidade seguiram sentido semelhante ao modelo de federação que já vinha sendo praticado na Europa. Ao longo do tempo, cada unidade federativa do país passou a contar com sua própria federação, sendo coordenadas em última instância pela Brasil Júnior, a Confederação Nacional de Empresas Juniores, fundada no ano de 2003. Essas instituições operam de forma contínua na realização de eventos de integração e capacitação dos integrantes; ações de suporte financeiro, jurídico e organizacional às empresas filiadas; fomento e divulgação do modelo empresa júnior; prospecção de parcerias público-privadas de patrocínio e financiamento; dentre outras atividades (BRASIL JÚNIOR, s.d).

Todas as entidades mencionadas compõem aquilo que passou a ser conhecido como Movimento Empresa Júnior, também denominado a partir da sigla MEJ, que é encabeçado pela Brasil Júnior. Segundo a Confederação, o Movimento é pautado por uma missão primordial: “formar, por meio da vivência empresarial, lideranças comprometidas e capazes de transformar o país em um Brasil empreendedor” (BRASIL JÚNIOR, 2015, p.15). Nesse sentido, o MEJ é identificado enquanto um movimento por conta da crença de que todos aqueles que o integram estariam orientados por valores e propósitos comuns. Esses ideais guiariam ações e políticas de impacto social positivo que seriam implementadas de forma compartilhada por todas as partes envolvidas: EJs, federações, núcleos e confederação. De acordo com Neto (2020), o Movimento Empresa Júnior busca articular entidades e indivíduos sob uma mesma “gramática moral” que os conectaria e justificaria suas práticas. Sob essa perspectiva, fazer parte do MEJ significaria acreditar no trabalho realizado pelo movimento, como também nutrir sentimentos de orgulho por aquilo que é produzido por ele. Representaria também a ideia de que seus participantes estariam envolvidos com um propósito maior do que aquele trilhado por suas empresas de origem, estando vinculados a uma rede de escala nacional, norteadas por grandes objetivos. Ao dissertar sobre essas características, Palassi,

⁹ A EJFGV encontra-se em funcionamento até os dias de hoje, provendo soluções a grandes organizações do setor privado (EJFGV, s.d).

Martinelli e Paula (2020) afirmam que o MEJ reúne semelhanças mais profundas com a estrutura de uma empresa do que, de fato, de um movimento social associativo.

A ideia de uma transformação estrutural aludida na missão do MEJ está diretamente relacionada à concepção de que as EJs atuam como entidades formadoras de empreendedores. De acordo com documentos oficiais da Brasil Júnior (2015), esses profissionais são entendidos como indivíduos inconformados, inovadores e dotados da capacidade necessária para realizar mudanças concretas em escala nacional. Após a graduação, os egressos dessas organizações são denominados de pós-juniores e concebidos enquanto trabalhadores que reuniriam a qualificação necessária à ampla inserção laboral na iniciativa privada. Dessa forma, seriam capazes de atuar diretamente nos processos de dinamização econômica do país e na promoção do reconhecimento e credibilidade das empresas juniores enquanto espaços de desenvolvimento técnico-profissional (BRASIL JÚNIOR, 2015).

Mesmo após integrar a diretoria executiva de uma empresa júnior, comparecer a eventos oficiais do MEJ e analisar documentos que norteiam as ações de entidades vinculadas ao Movimento, ainda sustento a percepção de que a transformação do país pelas vias do empreendedorismo permanece pouco concreta e fragilmente embasada. Nesse sentido, Palassi, Martinelli & Paula (2020) comentam o modo como o discurso empreendedor hegemônico norteia as práticas do MEJ, sendo recorrentemente proferido por integrantes do Movimento de modo quase automatizado. Essa condição, segundo as autoras, denotaria a escassez de reflexões críticas a respeito dos reais significados da missão e dos valores que norteiam o Movimento no interior desses espaços.

Em 2016, a Lei nº 13.267/16 foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff e tornou-se única no planeta ao regulamentar e resguardar juridicamente a abertura e o funcionamento das empresas juniores. Além de definir essas organizações em termos legais e delimitar seus objetivos enquanto entidades educacionais, a legislação regularizou a isenção tributária competente às EJs, garantiu a cessão de um espaço físico destinado a servir de sede dessas organizações e as reconheceu formalmente enquanto atividades de extensão. Na solenidade que marcou a aprovação do dispositivo no plenário do Senado Federal, o então Senador José Agripino (DEM-RN), autor do projeto aprovado, afirmou que a lei lhe era motivo de orgulho e realização, visto que as empresas juniores ofereceriam as condições para que os jovens pudessem se capacitar profissionalmente (AGÊNCIA SENADO, 2016). O parlamentar também destacou que o estabelecimento dessas organizações contribui para o desenvolvimento econômico do país, na medida em que auxilia no enfrentamento do desemprego juvenil e na geração de riquezas:

A palavra de ordem é "empreendedorismo", é capacitar o jovem. A empresa júnior é como luva, para se oferecer condições de capacitação, de "adestrar" o jovem na profissão que está aprendendo. Ele ganha algum dinheiro¹⁰, ganha experiência e bota na cabeça dele e da universidade que empreendedorismo também é tarefa da universidade, das mais nobres (AGRIPINO, 2016 In: AGÊNCIA SENADO, 2016).

As empresas juniores também foram objeto de discussão das casas legislativas brasileiras em outras oportunidades, a exemplo da sessão especial realizada no plenário do Senado Federal em comemoração ao Dia Internacional do Empresário Junior, em 22 de novembro de 2022. A então presidente da Brasil Júnior, Beatriz Nascimento, discursou durante o evento, mencionando os planos de crescimento do Movimento Empresa Junior para os próximos anos, além de ressaltar a necessidade de que o MEJ possa angariar integrantes cada vez mais diversos (CUNHA, 2022).

Até 2030 queremos ser mais de 100 mil empresários juniores em somente um ano corrente. E para isso teremos o grande desafio de tornar o Movimento Empresa Júnior mais inclusivo, que as pessoas se enxerguem aqui e temos esse desafio em conjunto (...). Não somos somente a juventude do futuro, mas a juventude do agora, que tem representado as mudanças necessárias (NASCIMENTO, 2022 in: CUNHA, 2022).

O trânsito institucional do Movimento Empresa Júnior no Legislativo brasileiro não é o único fator que atesta sua relevância. No que tange às parcerias institucionais e financeiras firmadas pela Brasil Júnior, pode-se constatar nomes de peso da iniciativa privada e do terceiro setor. O suporte financeiro à Confederação pode se dar de duas maneiras, através dos mantenedores – entidades inseridas em todas as ações e projetos da Brasil Júnior – e dos patrocinadores – entidades inseridas em ações estratégicas da Confederação conforme os interesses de cada uma. Entre as companhias que estão abarcadas nessas duas categorias cabe destacar: a Ambev, o Bradesco, as Lojas Americanas, a Azul, a XP Inc. e as Lojas Renner. A Brasil Júnior ainda conta com parceiros institucionais, que auxiliam no desenvolvimento dos

¹⁰ Na fala do deputado existe um contrassenso quando é mencionada a possibilidade de graduandos ganharem "algum dinheiro" a partir da participação em uma empresa júnior, visto que, como anteriormente mencionado, é legalmente vedado o recebimento de qualquer tipo de remuneração.

projetos e iniciativas da Confederação. Nesse quesito, cabe menção a grandes organizações de terceiro setor e *startups* como: a Fundação Estudar, o Politize! e a *Ace Ventures* (BRASIL JÚNIOR, s.d).

De acordo com números divulgados pela Brasil Júnior, em 2021 mais de 1400 empresas juniores encontravam-se em funcionamento no território nacional, estando presentes em todas as 27 Unidades da Federação. Tais dados posicionam o Brasil como o país com a maior quantidade de EJs do planeta, contando com números largamente superiores à França, país detentor da segunda maior quantidade de organizações – cerca de 200¹¹ (IÉSEG, 2023). Também segundo a entidade, entre os anos de 2019 e 2021 as empresas juniores filiadas à Confederação realizaram mais de 100 mil projetos e arrecadaram, ao todo, cerca de 153 milhões de reais (BRASIL JÚNIOR, 2021).

Mesmo com números de faturamento expressivos, grandes patrocinadores e relevante poder de influência nas esferas institucionais, as empresas juniores ainda não se constituíram enquanto sólido objeto de pesquisa acadêmica. À época do lançamento da primeira publicação impressa que tinha essas organizações como tema principal – o livro “A empresa júnior no Brasil e no mundo” (1997) – De Matos salientou que a escassez de produções foi um dos principais fatores que o motivaram a escrevê-la. 22 anos depois, Da Silva et al (2019) dissertaram a respeito da manutenção dessa condição, haja vista o crescimento tímido do número de produções que passou a ocorrer apenas a partir do ano de 2012. De acordo com a busca empreendida pelos autores, dentre os poucos trabalhos publicados, aqueles escritos por acadêmicos ligados à área de administração são maioria. Nas ciências humanas e sociais, as empresas juniores nutriam – e ainda nutrem – de pouca relevância enquanto objeto de pesquisa.

2.2 As empresas juniores nas palavras de seus entusiastas

As EJs angariaram, ao longo dos anos, legitimidade perante parte considerável da comunidade acadêmica. Tal processo encontra fundamento não apenas no crescente movimento de expansão dessas organizações pelas instituições de ensino superior do país, como também na literatura que se dedicou a analisar aspectos pertinentes ao seu modo de

¹¹ Saliento a escassez de estudos que se debruçam sobre as condições sociais, políticas e econômicas que fizeram com que as empresas juniores se disseminassem de forma tão massiva especificamente no Brasil em comparação com outros países do globo.

funcionamento. Ainda que escassa, a maior parte dos autores dos trabalhos existentes salientaram os aspectos positivos trazidos pelas empresas juniores a seus contratantes, às instituições de ensino nas quais estão sediadas e aos estudantes que as integram (BICALHO & PAULA, 2012; BERVANGER & VISENTINI, 2016).

Aos contratantes de seus serviços, as EJs representariam uma oportunidade de obter soluções e produtos por valores abaixo daqueles praticados por empresas sêniores. Além disso, os projetos executados funcionariam como um canal de comunicação direta entre os saberes desenvolvidos dentro das universidades e as micro e pequenas empresas que não dispõem de capital suficiente para acessá-los (OLIVEIRA, 1997; LAFEUILLE, 1997; BRASIL JÚNIOR, 2015).

Para as instituições de ensino superior, as empresas juniores sediadas em suas propriedades significariam uma oportunidade de sanar possíveis deficiências na formação dos graduandos (OLIVEIRA, 1997). Ao dissertar sobre essa questão, Lafeuille (1997) argumenta acerca da existência de uma inadequação entre boa parte dos conhecimentos aprendidos por graduandos nas universidades e aqueles que são exigidos pelo mercado extra-acadêmico. Este seria, segundo o autor, o fator decisivo para a condição de desemprego que acomete uma parcela relevante da juventude na contemporaneidade. A busca pela superação dessas supostas deficiências inerentes à formação universitária é salientada por Gondim (2002) como uma das principais razões que motivam os estudantes a ingressarem em empresas juniores. Nesse contexto, as EJs são concebidas enquanto instrumentos de integração direta entre o ensino superior e a iniciativa privada (REIS, 2001).

As empresas juniores também são entendidas como uma contraposição aos estágios remunerados tradicionalmente estabelecidos no ensino superior brasileiro. Esses estágios são entendidos por De Matos (1997) e Zilliotto & Berti (2012) a partir de sua ineficiência em fornecer aos graduandos oportunidades reais de desenvolvimento profissional, uma vez que seriam majoritariamente constituídos de tarefas mecânicas, de baixa complexidade e pouco desafiadoras.

Para os discentes que as integram, as empresas juniores representariam uma oportunidade única para o desenvolvimento de competências relevantes à futura inserção profissional desses indivíduos, especialmente quando essa inserção se encontra vinculada ao setor privado e ao ambiente empresarial. Esse processo estaria relacionado ao cumprimento de demandas que compreendem o cotidiano de uma EJ, tais como: o trato com clientes reais; a elaboração de estratégias de comunicação internas e externas; a resolução de burocracias necessárias ao funcionamento da organização; a coordenação de dinâmicas de logística e

gestão de pessoas; a administração de equipes e processos de trabalho; dentre outras. A partir daí, a empresa júnior é entendida enquanto espaço primordial à construção de uma série de habilidades que abarcam desde a iniciativa e a criatividade, até a independência, o autoconhecimento e o profissionalismo (OLIVEIRA, 1997; DE MATOS 1997; LAFEUILLE, 1997; ZILLOTTO & BERTI, 2012).

Outro aspecto relevante diz respeito ao entendimento de que, em virtude do acirramento das disputas por um espaço no mercado de trabalho, os diplomas universitários, apesar de permanecerem relevantes, não seriam mais encarados enquanto garantias de empregabilidade futura. Assim, as empresas juniores teriam responsabilidade direta na preparação de profissionais mais qualificados e que melhor atenderiam às demandas mercadológicas. Por conseguinte, os egressos dessas organizações deteriam maior potencial empregatício em comparação com os demais estudantes (DE MATOS, 1997; ZILLOTTO & BERTI, 2012). Nesse sentido, Lafeuille (1997) salienta o modo como o contato direto entre as organizações contratantes e as EJs por meio dos projetos e serviços realizados pelas empresas juniores podem, ainda, favorecer posteriores processos de contratação dos estudantes envolvidos.

Nota-se, de maneira geral, que a maioria das produções que se dedicaram a analisar aspectos relativos à implantação e funcionamento das empresas juniores no país percebem essas organizações a partir de perspectivas positivas, enfatizando os benefícios existentes na consolidação do modelo EJ às diversas partes envolvidas nesse processo. Além disso, costumam expressar apreço pelo estabelecimento de uma relação mais profunda entre ensino superior e mercado de trabalho extra-acadêmico, que ocorreria por meio da construção de uma formação discente mais alinhada às demandas mercadológicas de qualificação.

2.3 As empresas juniores nas palavras de seus críticos

A consolidação do modelo empresa júnior como instrumento formativo de aprendizagem profissional não ocorreu sem que fossem tecidas críticas e construídas tensões no interior do ambiente acadêmico. Esses impasses foram materializados não apenas a partir de produções que visaram discutir a legitimidade das empresas juniores no ambiente das universidades públicas, como também por disputas diretas por espaço dentro dessas instituições.

Destaco, nesse sentido, o modo como Bicalho & Paula (2012) dissertam acerca dos impactos das empresas juniores para a formação dos estudantes do curso de administração. A

partir da produção de intelectuais como Marcuse e Adorno, as autoras passam a compreender essas organizações como um dos diversos reflexos ao estabelecimento de uma ideologia da administração, conceito que procura dar conta das complexidades inerentes às relações de trabalho estabelecidas no capitalismo de mercado da contemporaneidade. Assim sendo, essa ideologia estaria diretamente associada à insurgência e consolidação de uma racionalidade empreendedora, corporativa e de gestão enquanto norma para a organização do mundo laboral, tendo como objetivo fundamental a naturalização da sujeição dos indivíduos aos mandos e desmandos do capital. Uma das principais consequências desse processo residiria no conformismo e resignação dos trabalhadores perante suas próprias condições de subserviência, visto que essas pessoas se considerariam incapazes de atuar para a transformação dessa realidade. A fim de sobreviver nesse contexto passariam, portanto, a elaborar estratégias para adaptar-se aos parâmetros exigidos, visando evitar que fossem excluídos do sistema produtivo.

Nesse sentido, tal conjuntura passaria a exercer papel relevante, também, na formação profissional dos estudantes dos cursos superiores de administração de empresas, orientando e influenciando a construção de grades e atividades curriculares pautadas pelo privilégio dado ao adestramento técnico do corpo discente em detrimento de processos de reflexão crítica da realidade. Profissionais conformados e pouco questionadores não ameaçariam, dessa forma, o *status quo*.

Por meio de entrevistas realizadas junto a 3 integrantes ativos e 16 ex-integrantes de uma tradicional empresa júnior¹² vinculada aos cursos de administração e ciências econômicas de uma universidade não identificada, as autoras puderam constatar as formas pelas quais a ideologia da administração se impõe no cotidiano da organização. Alguns dos participantes entrevistados salientaram as problemáticas engendradas a partir da exigência de um formalismo profissional excessivo por parte da diretoria aos integrantes da empresa, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho. Tal noção de profissionalismo deveria estar expressa nos modos de se vestir, se comportar, se expressar desses membros, além de lhes ser demandado um nível máximo de prioridade para com a realização das tarefas da empresa júnior. Perder-se-ia, nesse sentido, a própria noção, legalmente prevista, de que essas organizações se constituem enquanto espaços de caráter educacional e de aprendizado.

Essa conduta era primordialmente exigida em razão do pressuposto de que a empresa apenas seria encarada com seriedade e legitimada pela comunidade acadêmica e por

¹² As autoras não mencionam nome ou localização da empresa júnior considerada.

potenciais contratantes por meio da adoção de tal postura. A garantia do cumprimento dessas demandas se dava por meio da coerção e da vigilância constantes que eram operados por integrantes da diretoria e funcionavam, inclusive, nos eventos sociais organizados pela empresa fora da universidade. Aqueles que não se adequavam ou questionavam essas imposições geralmente enfrentavam diversos obstáculos para ascender dentro da organização ou eram efetivamente desligados da empresa, seja por vontade própria ou da diretoria.

Dessa forma, permanecer vinculado à EJ abarcaria, necessariamente, a adoção de um determinado esquema comportamental específico que estaria consolidado como norma na organização mesmo após sucessivas mudanças de diretoria e de pessoal ao longo do tempo. A adoção de uma “socialização via violência” (BICALHO & PAULA, 2012, p. 15) fundamentar-se-ia na ideia de que a apreensão dessas predisposições seria intimamente necessária para a inserção profissional futura desses discentes no mercado de trabalho privado.

Ainda que a amostra considerada para a coleta de dados do trabalho de Bicalho & Paula (2012) não tenha base representativa e que esse cotidiano de violência não seja plenamente identificado em todas as empresas juniores, é possível entender, a partir de exemplos concretos, as formas pelas quais práticas organizacionais pautadas pela ideologia da administração são naturalizadas nesses espaços. Logo, as autoras afirmam que essas organizações cumprem papel fundamental na construção de profissionais que não questionariam as violências existentes no mundo empresarial, atuando, na verdade, em prol da manutenção de uma conjuntura de desigualdades.

Sob essa mesma perspectiva, Seki & Simão (2014) ampliam a discussão, afirmando a maneira como a existência das empresas juniores nas universidades públicas é equivocada por si só, haja vista sua incompatibilidade com a função social dessas entidades, baseada na formação de sujeitos dotados de pensamento crítico. A estreita relação das EJs com os ideais do empreendedorismo estaria no cerne dessa inadequação, uma vez que, segundo os autores, esses elementos possuem a submissão da universidade às exigências mercadológicas e o consequente estreitamento dos laços entre ensino superior público e iniciativa privada como eixos estruturantes.

As preocupações de Bicalho & Paula (2012) e Seki & Simão (2014) são reafirmadas por Palassi, Martinelli & Paula (2020) em pesquisa empreendida pelas autoras junto a integrantes de empresas juniores de uma universidade pública do Sudeste do país. O estudo visou compreender até que ponto as EJs poderiam configurar-se enquanto ambientes viáveis ao desenvolvimento de competências como a consciência política e a formação cidadã entre

seus integrantes. Por meio da realização de entrevistas, as autoras puderam inferir que essas organizações vão, na verdade, na direção oposta. Isso decorreria do fato de que os relatos da maioria dos participantes reforçou a importância de noções que perpassaram a valorização de modelos verticais de gestão, o privilégio do aprendizado técnico em detrimento do desenvolvimento acadêmico e a repetição dos conhecidos “chavões” comumente difundidos pelo Movimento Empresa Júnior que tomam o empreendedorismo enquanto peça fundamental a transformações estruturais no país sem, de fato, explicitar como tal processo poderia ser concretizado.

Ademais, críticas ao processo de naturalização da presença de empresas juniores e à legitimidade conquistada pelo modelo enquanto instrumento de aprendizagem também estão presentes nos trabalhos de Reis (2001) e Milis (2016), que as entendem como parte integrante de uma paulatina marcha rumo à mercantilização da universidade pública no Brasil. Inserida em um contexto de aprofundamento de políticas neoliberais que impactam a educação nacional desde os anos 1990, o sucesso das EJs estaria diretamente alinhado como os objetivos traçados pelas elites industriais e financeiras para o setor.

Outra crítica relevante ao funcionamento das empresas juniores foi tecida por Silva (2019) a partir de estudo empreendido na UFRGS. Segundo o autor, a realização do trabalho foi motivada por vivências pessoais dentro do MEJ que foram marcadas pela constatação dos poucos esforços das instâncias superiores na promoção da diversidade e inclusão no ambiente organizacional. Nesse sentido, afirma que a grande maioria dos integrantes de sua EJ de origem pertenciam a classes abastadas¹³. A impossibilidade de discentes vinculados a uma empresa júnior de receber qualquer tipo de auxílio financeiro ou remuneração em troca de seu trabalho poderia ser encarada, nesse sentido, como um obstáculo importante à plena participação de pessoas oriundas de classes financeiramente vulneráveis e/ou estudantes trabalhadores. Também acerca dessa questão, Palassi, Martinelli & Paula (2020) afirmam que a construção das práticas do MEJ, pautadas pela ideologia da administração e da noção hegemônica de empreendedorismo, se dariam a partir da influência de valores elitistas e meritocráticos. Essa, inclusive, seria uma das principais razões para a existência de divergências entre integrantes do MEJ¹⁴.

¹³ A participação em uma empresa júnior é voluntária e, por vezes, não gratuita, visto que envolve custos com o transporte, as inscrições para eventos e outras atividades.

¹⁴ Existem, no entanto, recentes iniciativas empreendidas pela Brasil Júnior na tentativa de contemplar pautas de diversidade no ambiente organizacional das EJs. Alcançar uma maior pluralidade entre os integrantes das EJs filiadas foi um objetivo tido como prioritário no Planejamento Estratégico da Confederação para o triênio que

Os impasses que permeiam o estabelecimento dessas organizações no ambiente universitário podem ser ilustrados a partir do Movimento Contra as Empresas Juniores, construído na UFSC entre os anos de 2011 e 2013. A mobilização se opunha à criação de EJs no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da universidade e atuou por meio da promoção de debates, jornais impressos, cartazes e vídeos para a difusão de seus ideais à luz da assembleia geral que buscava decidir sobre o disposto¹⁵ (SEKI & SIMÃO, 2014). Em publicações presentes do site oficial do Movimento, estudantes elencaram diversas razões que justificariam o voto contrário às EJs enfatizando que a relação entre empresa júnior e sociedade civil seria estabelecida por termos exclusivamente mercadológicos e financeiros. Dessa forma, o acesso aos benefícios oriundos dos projetos empreendidos por essas organizações estaria disponível apenas àqueles que tivessem condições monetárias para acessá-los, não promovendo, de fato, uma relação profícua entre universidade e comunidade, que é característica da extensão universitária. Além disso, salientam que recursos públicos não deveriam ser utilizados para a manutenção de organizações que funcionariam enquanto formadoras de futuros profissionais orientados ao setor privado, que já disporia de capital suficiente para o treinamento e qualificação de seus funcionários.

A existência de dissonâncias entre as habilidades presentes na formação curricular do curso de psicologia da UFSC, espaço onde se intencionava a criação de uma empresa júnior à época, e aquelas exigidas pelo mercado de trabalho era reconhecida por essa mobilização. No entanto, as empresas juniores foram entendidas por Seki (2012) como uma errônea tentativa de solucionar esse problema. Dessa forma, propôs, como alternativa, a criação do chamado Serviço Modelo Estudantil de Psicologia, projeto que funcionaria a partir da tentativa de resolução de problemas comunitários desenvolvendo os estudantes a partir da construção de relações horizontais de trabalho, da aplicação prática de saberes aprendidos em sala de aula e da intervenção direta na realidade social, não contando com a mediação de recursos financeiros para sua realização.

A mobilização ocorrida CFH/UFSC permite que seja possível compreender melhor as nuances existentes no estabelecimento de empresas juniores nos cursos de humanidades em comparação com outras áreas do conhecimento. A maioria dos trabalhos críticos encontrados acerca do estabelecimento e funcionamento das EJs são oriundos de acadêmicos das ciências

compreende os anos 2022 a 2024 (BRASIL JÚNIOR, 2022). Ainda assim, não foi possível encontrar menções ao enfrentamento direto de problemáticas relativas às questões de classe nessas organizações.

¹⁵ A assembleia, realizada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC em 2013, contou com 329 votos contrários e 160 favoráveis à existência de empresas juniores no CFH. Não foram encontradas mobilizações do tipo em outras universidades pelo país.

humanas e sociais. De acordo com estudo empreendido por Palassi, Martinelli e Paula (2020), isso decorreria da existência de uma formação acadêmica de “natureza mais positivista e funcionalista” (PALASSI, MARTINELLI & PAULA, 2020, p. 7) que está presente em determinados cursos de outras áreas do conhecimento. Em vista disso, estudantes desses campos, por vezes, não conseguiriam compreender as problemáticas existentes no modo como o MEJ exerceria mecanismos de controle e poder.

Dialogar com elaborações antagônicas acerca das vantagens e desvantagens inerentes ao funcionamento das empresas juniores no ensino superior brasileiro tornou difícil a tarefa de delinear um denominador comum que pudesse guiar a construção desse trabalho. Isso se torna especialmente complexo quando se leva em consideração que vários dos elementos tidos como positivos pelos entusiastas do modelo Empresa Júnior são rechaçados por seus críticos.

Tendo em vista os aspectos apresentados, parto do princípio de que a legitimidade angariada pelas empresas juniores no ambiente universitário precisa ser entendida a partir do atual contexto produtivo-laboral que é especialmente nocivo a jovens trabalhadores (YUNG, 2013). Essa conjuntura influencia diretamente o sucesso e a disseminação dessas organizações, que pautam sua atuação a partir do desenvolvimento de habilidades importantes ao futuro profissional dos indivíduos que as integram (MATOS, 1997). O reconhecimento das empresas juniores por empregadores como um diferencial que destacaria seus ex-integrantes perante os demais consolidaria ainda mais essa condição (LAFEUILLE, 1997). Nesse sentido, quando se soma uma conjuntura de acirramento por espaço no mercado de trabalho com as angústias que perpassam pressões pessoais e familiares por sucesso profissional, é legítima a vontade dos discentes de graduação em engajar-se em experiências que os auxiliariam a construir uma bagagem que permitisse uma inserção profissional menos dificultosa.

Em contrapartida, entender essas organizações no contexto produtivo-laboral vigente também precisa levar em consideração as problemáticas inerentes ao atual modo como elas se organizam. O cenário percebido em parcela dessas organizações prima pelo treinamento técnico acrítico, negligenciando a importância de reflexões acerca das desigualdades que marcam o mundo do trabalho contemporâneo (SEKI & SIMÃO, 2014; PALASSI, MARTINELLI & PAULA; 2020). Tal cenário encontra raízes nos preceitos expressos em documentos oficiais de instâncias superiores do Movimento Empresa Júnior. Esses normativos preconizam o desenvolvimento de uma juventude de futuros empreendedores inconformados e preparados para conduzir mudanças estruturais no país, ao mesmo tempo em que não menciona a existência de um cenário de precarização e informalização do trabalho, bem como de manutenção de desigualdades históricas de renda (BRASIL JÚNIOR, 2015).

Nesse sentido, as próprias razões que justificariam tamanho inconformismo e as necessidades para a ocorrência de transformações em larga escala não estariam devidamente colocadas. Ao contribuir diretamente para o desenvolvimento de profissionais pouco questionadores da realidade social, o Movimento contradiz, inclusive, a própria missão que guia sua existência e funcionamento. Sustento, dessa forma, a noção de que não existe nada menos representativo de uma juventude inconformada e inovadora do que profissionais que visualizam o mundo do trabalho sem reconhecer os obstáculos postos por suas injustiças históricas. Nesse sentido, a elaboração de novas práticas empresariais e de gestão verdadeiramente inovadoras perpassaria decisivamente pelo enfrentamento dessas problemáticas.

2.4 As empresas juniores vinculadas a cursos de ciências sociais

Se as empresas juniores, de maneira geral, ainda não constituíram um sólido objeto de pesquisa para acadêmicos das humanidades, quando se toma como recorte as EJs vinculadas a departamentos de ciências sociais, esse cenário é ainda mais escasso. Em busca realizada nas plataformas online Google Acadêmico, no Banco de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES não foi encontrada nenhuma produção que se dedique primordialmente à análise do funcionamento e dos impactos gerados por essas organizações. Breves menções a elas, no entanto, foram realizadas nos trabalhos de Yung (2013) e Ribas (2020) anteriormente citados, especificamente no que diz respeito à atuação da Socius, empresa júnior vinculada ao Instituto de Ciências Sociais da UnB.

Dessa forma, foi necessário empreender um mapeamento das EJs de ciências sociais que se encontram atualmente em funcionamento no Brasil para a construção desta monografia. Realizada em âmbito online, a busca teve como escopo primordial os sites das universidades às quais as empresas estão vinculadas, as redes sociais oficiais das organizações e páginas de consulta à situação cadastral de CNPJs.

Ao fim da busca, foram encontradas 8 empresas juniores vinculadas a cursos de ciências sociais que se encontram atualmente ativas no Brasil¹⁶: Análise Jr. (UNIVASF);

¹⁶ Cabe mencionar a existência de empresas juniores em atividade que se encontram vinculadas somente a departamentos de ciência política. São exemplos dessas organizações: Potentia (Unirio); Strategos (UnB) e Virtú Consultoria Política (UFPE). Ainda que a ciência política tenha se consolidado enquanto parte da tríade (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) que compõe a maior parte dos atuais currículos dos cursos universitários de ciências sociais no Brasil, optou-se pela delimitação de uma amostra em que essas EJs não

Ajurí (UEMA); Áxios (UFJF); Datamontes/EJEPS (UNIMONTES); Meios (UFMG); Pólis (UFPR); Práxcis (UFV); Socius (UnB). Todas essas organizações estão localizadas em instituições de ensino superior públicas, sendo que 6 delas são de âmbito federal e 2 de âmbito estadual. Essa quantidade é pequena quando comparada ao número de EJs existentes em outros cursos de ciências humanas e sociais, tais como direito e relações internacionais¹⁷.

No que tange à cartela de serviços oferecida por essas organizações, observa-se relativa similaridade entre elas, com a recorrência na oferta de produtos como: formulação e aplicação de questionários, transcrição de áudio, elaboração de pesquisas parlamentares, de opinião e de mercado. Ademais, algumas das EJs também promovem eventos acadêmicos, como: minicursos, capacitações em métodos de pesquisa, e seminários a respeito do mercado de trabalho em ciências sociais.

Tabela I – Universidade de origem, ano de fundação e principais serviços ofertados pelas empresas juniores de ciências sociais atualmente em funcionamento no Brasil

Nome	Universidade	Ano de Fundação	Principais serviços a época da realização da pesquisa
Socius	UnB	1998	Elaboração e aplicação de questionários; consultoria em pesquisa; transcrição de áudios; realização de grupos focais; tabulação e análise de dados
Datamontes/EJEPS	Unimontes	2002	Elaboração e aplicação de questionários; consultoria em pesquisa; transcrição de áudio; pesquisa de opinião; análise estatística; tabulação de dados
Meios	UFMG	2006	Elaboração e aplicação de questionários; tabulação, tratamento e análise de dados; transcrição de áudio; realização de grupos focais

fossem consideradas visto ao já mencionado enfoque dado neste trabalho aos egressos dos cursos de sociologia e ciências sociais.

¹⁷ Em busca realizada no Portal Brasil Júnior foram encontradas, entre as EJs filiadas à confederação, 62 EJs vinculadas a cursos de Direito; 38 a Economia e Ciências Econômicas; e 27 a Relações Internacionais. Em contrapartida, aquelas relacionadas a cursos de Ciências Sociais somam apenas 5.

Práxcis	UFV	2011	Censo de diversidade organizacional; pesquisas de opinião pública
Pólis	UFPR	2014	Pesquisas de opinião pública e opinião parlamentar; análise de proposições legislativas
Ajuri	UEMA	2019	Aplicação de questionários; transcrição de áudio; realização de pesquisa eleitoral, de mercado e de impacto social
Áxios	UFJF	2020	Em processo de elaboração da carta de serviços
Análise Jr.	UNIVASF	2021	¹⁸

Fonte: Dados obtidos em busca online e contato com atuais integrantes das organizações.

Elaboração Própria

Cabe também mencionar as empresas juniores de ciências sociais que já não se encontram mais em atividade. A partir da busca online anteriormente citada, foi possível encontrar resquícios de suas trajetórias em antigos canais oficiais de comunicação e nas plataformas de consulta à situação cadastral de seus CNPJ. As organizações consideradas inativas neste trabalho não possuem atualizações online há mais de 5 anos e/ou apresentam status cadastral inativo.

¹⁸ Não foi possível estabelecer contato com um representante da Análise Jr.

Tabela II – Características das empresas juniores de ciências sociais atualmente inativas

Nome	Universidade	Ano de início das atividades ¹⁹	Ano de encerramento das atividades ²⁰
Analítica	UFF	1997	2018
Fato	UNESP	1999	-
Homini	UFES	2007	2018
Actio	UFMA	2009	-
Múltiplos Jr.	UFG	2011	-
Instituto Base Social Jr.	UNIFESP	2015	2017

Fonte: Dados obtidos a partir de busca online.

Elaboração Própria

A análise da tabela permite inferir que a quantidade de empresas juniores de ciências sociais que se encontra atualmente em funcionamento no país é próxima à das organizações extintas²¹. A busca pelas razões que motivaram o fim dessas EJs pode configurar questão de pesquisa para futuras investigações.

¹⁹ De forma geral o ano de início das atividades das empresas juniores consideradas foram delimitados a partir da data em que a situação cadastral dessas organizações foi regularizada. Quando esse dado não foi encontrado, tomou-se como marco a data inicial da presença online dessas organizações.

²⁰ Nos casos desta coluna em que não consta uma data não foi possível delimitar o ano de encerramento de atividades desta organização ou a data de baixa de seu CNPJ.

²¹ Apesar dos resultados relevantes, não é possível precisar, com exatidão, que as empresas aqui citadas foram, de fato, as únicas a existir no país. A não realização de uma robusta análise documental que pudesse abarcar informações relevantes contidas apenas em arquivos físicos é o principal fator para essa indefinição. É importante ressaltar, portanto, que os esforços empreendidos e dispostos neste trabalho também podem servir como ponto de partida para pesquisas futuras a fim de solucionar tais lacunas.

3. AS EMPRESAS JUNIORES DE CIÊNCIAS SOCIAIS NAS PALAVRAS DE SEUS EGRESSOS

3.1 Desenho da pesquisa empírica

Desde que ingressei na Universidade de Brasília, a maior parte das experiências extracurriculares que tive oportunidade de integrar se deram no interior de projetos e organizações geridas por jovens estudantes e profissionais tanto dentro, como fora do ambiente acadêmico. Com o passar do tempo, passei a identificar nessas entidades valores comuns que norteavam o sentido de suas práticas organizacionais e a realização de seus empreendimentos e serviços. Esses ideais se relacionavam, primordialmente, com a responsabilização individual meritocrática de sucesso, o estabelecimento de metas consecutivas de produtividade e faturamento; além da noção de que era necessário tomar o trabalho e a organização à qual se vinculava como os aspectos centrais de suas vidas.

Na primeira reunião da disciplina de Prática de Pesquisa 1, obrigatória à construção da monografia, levei algumas dessas reflexões ao meu orientador com o objetivo de tentar delimitar os caminhos viáveis à realização de um trabalho que pudesse contemplá-las, ainda que parcialmente. Após considerar as sugestões elaboradas por ele, acabei optando por me centrar na análise de particularidades das empresas juniores, organizações amplamente consolidadas no espaço universitário brasileiro enquanto instrumentos de aprendizagem para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Essa escolha se deu por uma série de razões: a escassez de trabalhos sobre o tema na área de ciências humanas e sociais; os impactos financeiros e educacionais empreendidos por essas organizações no ensino superior brasileiro e as diversas especificidades que atravessam as experiências dos integrantes dessas EJs, principalmente as que estão sediadas em cursos de humanidades. Procurando aliar a discussão sobre as empresas juniores com as reflexões acerca das trajetórias profissionais de cientistas sociais, assunto que também sempre me foi muito caro, considerei a articulação dessas temáticas como diretriz para a produção deste trabalho.

Para que isso fosse possível, tomei as EJs como instância direta de conexão entre a universidade e o mercado de trabalho extra-acadêmico, assim como empreendido por Reis (2001), visando entender o impacto de integrar uma organização do tipo para os caminhos profissionais trilhados por estudantes de ciências sociais. Procurei compreender, portanto, até que ponto as experiências vivenciadas por mim e por meus colegas dentro de uma empresa

júnior poderiam encontrar pontos de identificação com aquelas vividas por outros estudantes, oriundos de contextos, localidades e instituições distintas.

Na definição das técnicas de pesquisa que norteariam a construção desta monografia, optei pela utilização de métodos qualitativos visando compreender as complexidades constituintes da realidade social em que os sujeitos de pesquisa estiveram inseridos a partir de suas próprias palavras e perspectivas (GODOY, 1995; ALONSO, 2016). Para que isso fosse possível foi preciso, primeiramente, delimitar a técnica a ser utilizada para a coleta dos dados almejados. A fim de investigar mais a fundo as perspectivas de egressos das empresas juniores de ciências sociais acerca de suas experiências como integrantes dessas organizações e os impactos das EJs para a formação profissional desses indivíduos, optei por realizar entrevistas de caráter individual e semiestruturado. Nesse sentido, elaborei um roteiro que pudesse guiar o diálogo junto aos entrevistados e, ao mesmo tempo, conferir liberdade para que pudessem dissertar a respeito das questões da maneira como desejassem (ALONSO, 2016). Posteriormente, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UnB (CEP/CHS) a fim de que fosse possível seguir com as entrevistas.

No que tange à amostra de participantes, estabeleci como meta realizar entrevistas com 2 (dois) egressos de cada uma das 4 (quatro) empresas juniores de ciências sociais mais antigas em funcionamento do país: Socius Consultoria Jr. (UnB/1998); Datamontes/EJEPS (Unimontes/2002); Meios Consultoria Jr. (UFMG/2006) e Práxcis (UFV/2011). Para chegar a tais critérios, levei em consideração a viabilidade de realização das entrevistas dentro do tempo disponível para a conclusão deste trabalho, além da possibilidade de analisar, de forma mais robusta, as trajetórias acadêmicas e profissionais dos participantes. Cabe ressaltar, no entanto que, em virtude da oportunidade de realizar mais uma entrevista, ocorrida ao final do processo de coleta de dados, chegou-se a um total de 9 (nove) participantes. Considerando que a entrevista adicional apresentou contribuições relevantes para esta monografia, optei por mantê-la como parte da amostra considerada.

Tabela III – Universidades, empresas juniores e período de formação relativos aos entrevistados

Nome²²	Universidade	Empresa Junior	Período de
--------------------------	---------------------	-----------------------	-------------------

²² Com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes reais foram alterados, optando-se pela adoção de pseudônimos.

			formação
Bruna	Unimontes	Datamontes/EJEPS	2007-2011
Débora	UFV	Práxcis	2015-2020
Eugênio	Unimontes	Datamontes/EJEPS	2007-2011
Gustavo	UFV	Práxcis	2011-2015
Jorge	UnB	Socius	2009-2013
Melissa	UnB	Socius	2009-2014
Paula	UFMG	Meios	2007-2011
Rodrigo	UFMG	Meios	2012-2016
William	UFMG	Meios	2007-2013

Fonte: Dados obtidos a partir dos relatos dos egressos.

Elaboração Própria

A convocação dos participantes foi feita, primordialmente, por meio do LinkedIn, rede social de caráter profissional, a partir da utilização do mecanismo de busca disponibilizado pela própria rede. Assim pude acessar perfis de usuários que haviam relatado experiências anteriores como integrantes das 4 empresas juniores selecionadas. Foi priorizado o contato com usuários da plataforma que haviam publicado recentemente em seus perfis ou nos de outras pessoas, a fim de aumentar as chances de que esses interlocutores retornassem o contato mais rapidamente. No caso específico da Datamontes/EJEPS, entretanto, foi necessário lançar mão da abordagem bola de neve²³ em decorrência das dificuldades encontradas na convocação de egressos dessa organização.

Procurou-se adotar um período semelhante entre os anos de conclusão de curso dos egressos – 2011 a 2020²⁴ – na tentativa de comparar os caminhos profissionais e acadêmicos percorridos por esses indivíduos.

Ainda que não fosse a intenção deste estudo ter caráter representativo, mas sim exploratório, procurei me atentar a questões de diversidade durante o processo de convocação dos participantes, a fim de tentar captar possíveis nuances nas experiências das pessoas

²³ Tipo de amostragem em que se recorre a redes de contato iniciais para acessar possíveis participantes que possuem características ou experiências em comum com os primeiros contatados (VINUTO, 2014).

²⁴ Cabe salientar que 8 dos 9 participantes concluíram a graduação entre os anos de 2011 e 2016.

entrevistadas que pudessem estar vinculadas a marcadores como gênero, autodeclaração étnico-racial e funções profissionais ocupadas²⁵.

Ademais, com o propósito de estabelecer contato com participantes de várias partes do país, as entrevistas se deram por meio do Google Meet, plataforma online de interação remota em áudio e vídeo. Aqui, mais uma vez, o processo de pesquisa não ocorreu exatamente da maneira como previamente foi idealizado, visto que, em virtude de instabilidades de conexão e/ou escassez de tempo disponível, duas das entrevistas tiveram de ser realizadas por meio do envio de áudios pelo aplicativo de mensagens WhatsApp.

O roteiro utilizado durante a realização das entrevistas foi dividido em 2 partes, sendo uma ficha técnica e dois blocos de questões. A elaboração da primeira parte se deu com o objetivo de obter características-chave dos entrevistados, a exemplo de seus atributos de renda, de gênero e étnico-raciais; além do período em que cursou a graduação, cargos desempenhados na empresa júnior e funções profissionais atualmente exercidas. O primeiro bloco de perguntas esteve dedicado a inquirir os participantes acerca de suas experiências enquanto estudantes do curso de ciências sociais de forma ampla. Assim, as questões centraram-se nas motivações que os levaram a optar pelo curso; o cumprimento das expectativas geradas antes da entrada deles na universidade; os aspectos positivos e negativos de suas formações acadêmicas de acordo com seus próprios pontos de vista; e a relevância dos saberes construídos na universidade para o exercício de suas atuais funções laborais.

A segunda parte procurou ater-se às experiências dos egressos nas empresas juniores selecionadas: as motivações para o ingresso; o cumprimento das expectativas geradas antes da entrada na EJ; os principais projetos realizados durante a estadia nessas organizações; o posicionamento da empresa frente às instâncias e valores do MEJ; e a relevância dos conhecimentos aprendidos na EJ para suas atuais profissões.

Ao final, foram obtidas cerca de 7 horas de material gravado, entre entrevistas e áudios, que foram transcritos com auxílio da extensão *Meet Transcript* e do *bot*²⁶ disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD). Esses dispositivos foram de imensa ajuda, pois automatizaram parcialmente o processo de transcrição, reduzindo a quantidade de tempo despendida nessa tarefa.

²⁵ Tal procedimento acabou não ocorrendo plenamente, visto que nem todas as pessoas convidadas a participar da pesquisa responderam em tempo hábil ou se disponibilizaram a integrar o estudo.

²⁶ Um *bot*, abreviação da palavra *robot*, é um tipo de software que opera a partir de atividades pré-programadas (PAULA, MICHALSKI; 2019)

A análise de conteúdo foi a técnica escolhida para o exame do material coletado. De acordo com Sampaio e Lycarião (2021) ela permite que seja possível se utilizar de um sistema de procedimentos metodológicos a fim de criar inferências sobre materiais pautados a partir de uma série de linguagens, sejam elas visual, verbal ou escrita. Para que isso ocorra, é necessário que seja elaborado um sistema para a classificação do conteúdo. A transcrição das entrevistas funcionou como base para a criação de uma matriz de categorização que visou classificar pontos-chaves dos relatos obtidos a partir de critérios pré-estabelecidos. Dessa forma, foi possível refletir analiticamente sobre as vivências dos egressos nas empresas juniores consideradas e delinear os impactos dessas experiências para suas trajetórias acadêmico-profissionais.

Tabela IV – Matriz de categorização adotada

Categorias	Subcategorias
Experiência no curso de Ciências Sociais	Motivações para a entrada no curso
	Cumprimento de expectativas geradas antes da entrada no curso
	Percepção sobre os elementos positivos da formação em ciências sociais
	Percepção sobre os elementos negativos da formação em ciências sociais e sugestões de mudança
Experiências como integrante de uma empresa júnior de ciências sociais	Motivações para a entrada na EJ
	Cumprimento de expectativas geradas antes do ingresso na EJ
	. Principais serviços e projetos realizados
	Relacionamento entre a EJ com as instâncias e valores do MEJ
	Relevância de saberes adquiridos para as atuais funções profissionais
Relevância dos saberes desenvolvidos durante a graduação	Relevância de saberes desenvolvidos por meio da formação em ciências sociais para as atuais funções profissionais
	Relevância de saberes desenvolvidos por meio da empresa júnior para as atuais funções profissionais

Fonte: Dados obtidos a partir das entrevistas realizadas

Elaboração Própria

3.2 A formação em ciências sociais

Os participantes foram, em um primeiro momento da entrevista, convidados a refletir acerca das motivações que os levaram a optar pelo curso de ciências sociais. Nesse sentido, todos os entrevistados afirmaram que uma predileção anterior por temáticas e reflexões relacionadas às áreas de ciências humanas e sociais configurou-se como fator determinante para que a continuidade de seus estudos e o consequente direcionamento de suas carreiras profissionais também se desenrolassem a partir dessas áreas de conhecimento²⁷

Outros elementos também influenciaram diretamente a escolha dos egressos. Jorge (Socius/UnB) e Rodrigo (Meios/UFGM) explicitaram que o desejo de atuar junto à superação de desigualdades e à transformação da realidade também foram fatores relevantes à escolha do curso. Para Débora (Práxcis/UFV), Melissa (Socius/UnB) e William (Meios/UFGM) essa vontade já vinha sendo colocada em prática antes da graduação a partir do engajamento junto a movimentos sociais organizados, associações comunitárias ou projetos para o desenvolvimento de consciência política. Nesse sentido, a opção pela área surgiria como um meio para dar vazão à vontade desses estudantes em contribuir para efetivação da justiça social. Ao dissertar sobre a questão, Rodrigo (Meios/UFGM) afirmou que o estudante de ciências sociais é caracterizado por sua perspectiva idealista e desejo de mudar o mundo. Outros entrevistados corroboraram tal perspectiva, a exemplo de Débora:

Aí eu tinha aquela ilusão: gente, eu quero mudar o mundo, eu quero fazer coisas boas. Eu tinha uma noção de que era pro lado da sociedade civil, né? Não entendia muito bem esse termo, não sabia que que queria dizer, mas eu já participava de algumas organizações, associação de bairro, então eu entendia que era mais ou menos por aí que eu tinha um caminho a traçar (**Débora, Práxcis/UFV**).

Outro ponto relevante trazido a partir dos relatos de quatro das pessoas participantes (Bruna, Melissa, Paula e Rodrigo) residiu no peso que influências externas tiveram em sua escolha pelo curso. Essas influências abarcaram o contato prévio com profissionais graduados

²⁷ Apenas Melissa (Socius/UnB) explicitou afinidade com outra área do conhecimento além das humanidades, as ciências exatas. Por conta disso, afirmou que começou a vislumbrar o ramo de políticas públicas como uma boa saída profissional, visto que, a partir dela, poderia ser possível articular conhecimentos das ciências sociais e das ciências exatas em seu trabalho.

em ciências sociais ou áreas correlatas; o apoio e o incentivo de professores da educação básica e, ainda, eventos de orientação educacional, a exemplo das mostras de cursos ocorridas nas universidades de origem dos egressos. Esses processos teriam sido importantes para que pudessem compreender mais a respeito dos temas que iriam estudar ao longo da graduação, esclarecer dúvidas pontuais e visualizar, mais concretamente, um futuro a partir das ciências sociais. Tal contexto corrobora aquele atestado por Avelar (2019) em pesquisa realizada junto a egressos do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Para esses profissionais, a influência e o incentivo de familiares e professores de disciplinas das ciências humanas da educação básica também foi percebida como ponto importante ao caminho escolhido por eles na graduação.

Posteriormente, pedi aos entrevistados para que fizessem um exercício de elencar os aspectos positivos e negativos que marcaram a formação curricular em ciências sociais que cursaram em seus respectivos períodos de graduação e instituições de ensino. Com base nos elementos negativos, eles também puderam levantar sugestões de melhoria visando solucionar as problemáticas apresentadas.

Em visto disso, cabe destacar alguns dos aspectos positivos mais citados pelos participantes. O modo como os estudantes do curso de ciências sociais seriam orientados em direção a um grande leque de possibilidades de aprendizado e à construção de saberes multidisciplinares foi mencionado por Jorge (Socius/UnB), Melissa (Socius/UnB) e Eugênio (Datamontes/Unimontes) com um desses aspectos. De acordo com Jorge e Eugênio, a formação curricular vigente à época de suas graduações abria margem para que fosse possível seguir por caminhos diversos de atuação profissional. Melissa, por sua vez, afirmou que ela permitia o desenvolvimento da habilidade de lidar com múltiplas fontes de informação e conhecimento.

O aprofundamento teórico desenvolvido durante a graduação a partir da matriz curricular cursada também foi um importante elemento positivo para quatro das pessoas entrevistadas (Bruna, Paula, Rodrigo e William). Para Paula (Meios/UFMG), a bagagem construída por meio dessas oportunidades foi fundamental para que lhe fosse possível adquirir um maior entendimento do comportamento social. Rodrigo (Meios/UFMG), por sua vez, afirmou que o curso tem como um de seus pontos fortes o desenvolvimento de intelectuais acadêmicos, haja vista a grande quantidade de disciplinas teóricas presentes na formação. Por fim, Bruna (Datamontes/Unimontes) deu ênfase às matérias optativas cursadas por ela, que

teriam sido capazes de abarcar diversas temáticas atualmente relevantes na contemporaneidade, a exemplo do desenvolvimento sustentável²⁸.

A qualidade do corpo docente de suas respectivas universidades, dotados de reconhecimento nacional e internacional na área, também foi um ponto tido como positivo por Bruna (Datamontes/Unimontes), Débora (Práxcis/UFV) e Gustavo (Práxcis/UFV).

Ademais, para cinco dos entrevistados (Débora, Gustavo, Paula, Rodrigo e William) as diversas possibilidades de aprendizado inerentes à existência de grupos de pesquisa, projetos de extensão e oportunidades de iniciação científica foram pontos essenciais ao desenvolvimento de uma bagagem metodológica em pesquisa social e para a construção de uma rede de relações importante à continuidade de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Por fim, cabe destacar as especificidades das vivências dos egressos do curso de ciências sociais da UFMG (Paula, Rodrigo e William), que salientaram o aprendizado metodológico como um ponto fundamental de suas formações curriculares. Esse aspecto foi particularmente interessante por duas razões. O forte caráter quantitativo que estaria presente nas disciplinas de metodologia ofertadas pela universidade não foi mencionado pelos discentes oriundos das outras três instituições. Além disso, o sucesso dos projetos MQ e MQinho, programas de formação complementar em técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, que são ofertados a preços acessíveis para a comunidade interna e externa, também estaria por trás desse aspecto. Esses projetos são organizados, respectivamente, pelos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFMG; e pela Meios, empresa júnior do curso.

No que diz respeito aos pontos negativos à formação que cursaram em suas respectivas instituições de origem, cabe salientar, primeiramente, a pouca ênfase dada ao desenvolvimento de habilidades práticas nas matrizes curriculares do curso. Cinco das pessoas entrevistadas (Débora, Melissa, Paula, Rodrigo e William) criticaram a falta de oportunidades que possibilitassem o desenvolvimento de competências de pesquisa junto a softwares amplamente utilizados no mercado de trabalho extra-acadêmico, a exemplo do R, SPSS e Atlas.TI.

Para Rodrigo (Meios/UFMG) essa questão era especificamente crítica nas disciplinas centradas no aprendizado de métodos qualitativos de pesquisa, que estariam, segundo ele,

²⁸ Em contrapartida, Melissa (Socius/UnB) afirmou que, durante sua formação, sentiu falta da discussão de temáticas, pensadores e materiais teóricos mais recentes; fazendo com que fosse complicado articular concretamente os saberes desenvolvidos durante o curso com a realidade social vigente. Cita como exemplo disso a escassez de discussões centradas na internet e seus impactos durante o curso.

muito focadas nos processos de coleta de dados, mas seriam pouco elucidativas no que tange aos mecanismos de transcrição, tratamento e análise dos mesmos.

Em contrapartida, Melissa (Socius/UnB) salientou que a escassez de matérias que endereçassem diretamente questões relativas às metodologias quantitativas foi uma das razões para que ela buscasse suprir essas lacunas de aprendizado em disciplinas ofertadas por outros departamentos, como o de Estatística. Nesse sentido, ressalta que o estudante de ciências sociais que deseja ter contato com esses conteúdos, precisaria dispendir muito de seu tempo tendo de buscar diversas formações complementares. De acordo com Collares (2013), os cursos de graduação em sociologia no Brasil ainda sofreriam, à época da escrita do artigo, de uma carência incisiva no que tange ao ensino e prática de métodos quantitativos de pesquisa, salvo algumas exceções. Segundo a autora, o aprendizado dessas técnicas deveria constar como obrigatório nas matrizes curriculares, a fim de que os discentes pudessem ter um contato mais abrangente com o arcabouço metodológico disponível à solução de problemáticas da realidade social.

Outro ponto relevante levantado por Melissa e Rodrigo residiu nos obstáculos enfrentados por estudantes trabalhadores ao longo da graduação. De acordo com ela, que trabalhou desde o primeiro ano que ingressou na UnB, o ambiente universitário é especialmente hostil para esses discentes, que sofrem para conciliar essas duas esferas de suas vidas. Em determinado momento, Melissa teve de priorizar sua fonte de sustento e renda em detrimento da graduação.

Eu achava muito hostil assim, de ter professor que falasse: “ah, aluno que trabalha não vai poder fazer minha matéria” ... Coisas desse tipo assim. Então acho que além de não ensinar ferramentas de trabalho, você quase que criminaliza o aluno que trabalha (**Melissa, Socius/UnB**).

Outra crítica feita por cinco das pessoas entrevistadas (Bruna, Gustavo, Melissa, Paula, William) residiu nas lacunas deixadas pela falta de uma melhor orientação ao corpo discente acerca das múltiplas formas de atuação em ciências sociais, além da docência e da pesquisa. Nesse sentido, William (Meios/UFMG) destacou a inexistência de um suporte que pudesse auxiliar os estudantes a pleitear vagas de estágio e/ou ajudá-los a se inserir no mercado de trabalho após a graduação.

As angústias pré-formatura e as pressões para o cumprimento de expectativas pessoais e familiares de sucesso no mercado de trabalho também foram mencionadas por Rodrigo

(Meios/UFMG) como uma das problemáticas enfrentadas pelos estudantes do curso. Nessa perspectiva, as poucas perspectivas profissionais vislumbradas pelos estudantes a partir da graduação seriam geradores de ansiedade e poderiam dificultar a permanência desses discentes na universidade.

É uma ansiedade fodida você fazer um curso com que você se identifica, que você tá afim de estudar, mas sem ter a certeza que você vai arrumar um emprego ou não, sabe? Pô, meu pai tá gastando uma grana comigo aqui na faculdade, ou sei lá, as vezes minha família não tem nem condição; e aí eu vou ficar 4 anos aqui e na hora que eu sair eu vou voltar pra minha terra, eu vou chegar pro meu pai com um negócio que não vai né? Virar nada, não vai me ajudar nada, né? Então assim, essa é uma ansiedade que é legítima, sabe? Então é uma coisa que as pessoas têm que discutir de uma maneira muito honesta mesmo **(Rodrigo, Meios/UFMG)**

Em trabalho empreendido por Berberino (2018) com estudantes das ciências sociais da UnB, dúvidas a respeito do potencial empregatício da área fizeram com que a escolha de alguns desses graduandos fosse inicialmente questionada por seus familiares. Eles teriam ficado confusos a respeito no que, de fato, consistiriam as ciências sociais e quais saídas profissionais seriam possíveis de trilhar a partir do término do curso. Segundo Teixeira & Gomes (2015), expectativas parentais pelo sucesso profissional de seus filhos, por vezes, se somam às diversas angústias dos estudantes que são características dessa etapa da vida. Tal cenário pode ser acentuado quando o êxito desses estudantes é encarado como meio para que toda a família possa ascender econômica e socialmente.

Por fim, também cabe citar a experiência de Eugênio (Datamontes/Unimontes), único dos entrevistados que não destacou nenhum elemento negativo presente em sua formação universitária, definida por ele como “completa”. Em contrapartida, seu relato trouxe *insights* importantes a respeito das dificuldades enfrentadas por cientistas sociais em sua inserção no mercado de trabalho extra-acadêmico. Segundo ele, aspectos como a inexistência de uma identidade profissional consolidada e de um sindicato fortalecido da categoria, bem como a não garantia do monopólio da prestação de funções específicas ao cargo de sociólogo, fragilizam as experiências laborais desses trabalhadores. Dessa maneira, faria parte da trajetória de um cientista social inseridos nesses espaços os constantes percalços para a conquista de reconhecimento e a disputa por espaço com profissionais de áreas correlatas pelo desempenho de iguais funções.

O que eu acho que é ruim é a execução da profissão das ciências sociais, quando você se declara sociólogo, cientista social, antropólogo né? Porque nos falta um sindicato forte, nos falta uma organização de... (...). Falta essa instituição. Vai te dar o direito de botar uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e falar: “não, eu estou falando isso aqui porque eu tenho um ART, né? A responsabilidade técnica é minha. Não é qualquer pessoa que faz essa análise que eu faço aqui, né?” Então assim, acho que isso pra nós é muito ruim quando chega no mercado que a gente tem que debater com as outras profissões pra mostrar nosso ponto de vista, pra executar um projeto, pra fazer uma coisa ou outra. Eu acho que isso faz muita falta e faz muita falta pra gente se proteger também né? Mas por opção dos nossos colegas anteriores né? Isso foi seguindo (**Eugênio, Datamontes/Unimontes**).

O relato de Eugênio corrobora os cenários constatados por Miglievich (1999) e Braga (2009) em estudos empreendidos pelos autores junto a cientistas sociais que trabalhavam em espaços extra-acadêmicos, como institutos de pesquisa de opinião e organizações do terceiro setor. As considerações tecidas nesses trabalhos demonstram o modo como esses profissionais precisam, recorrentemente, se provar para galgar reconhecimento em ambientes que inicialmente desconhecem o peso das contribuições que eles podem produzir.

Além de mencionarem pontos negativos da formação que cursaram, os egressos puderam sugerir propostas de modificação das grades curriculares visando solucionar as problemáticas mencionadas. Para Bruna (Datamontes/Unimontes), Paula (Meios/UFMG) e William (Meios/UFMG) seria fundamental o provimento de um instrumental mais robusto aos estudantes do curso, para que possam ter ciência a respeito das diversas possibilidades profissionais abertas aos cientistas sociais. De acordo com Bruna e Paula, esse contato poderia se dar tanto no ambiente de sala de aula, como também por meio de momentos extraclasse, a exemplo de eventos e palestras. A egressa da Datamontes inclusive mencionou iniciativas realizadas durante a época em que integrou a empresa e participou da organização de eventos acadêmicos que contaram com palestras de cientistas sociais oriundos de variados setores do mercado de trabalho. De acordo com ela, o contato quase que exclusivo dos discentes com profissionais que seguiram a carreira acadêmica é um dos fatores que perpetua uma noção de que o curso teria como único objetivo a reprodução do quadro de pesquisadores das universidades.

Em relato de Fleischer (2017) acerca da experiência de ministrar uma disciplina sobre antropologia e mercado de trabalho na Universidade de Brasília, a autora afirmou a importância de prover aos discentes meios para que possam não apenas visualizar,

concretamente, múltiplas maneiras de operacionalizar os conhecimentos desenvolvidos durante a formação a partir da atuação profissional, como também criar novos espaços de trabalho que possam abarcar e acolher esses antropólogos. Para que isso fosse possível, Fleischer organizou a disciplina em módulos durante os quais os estudantes matriculados puderam ter contato com as produções recorrentemente realizadas por antropólogos extra-acadêmicos que atuam em ONGs, organismos internacionais, instituições educacionais, consultorias, dentre outros espaços. Ainda tiveram a oportunidade de conhecer esses profissionais em seus locais de trabalho e discutir sobre suas trajetórias. De acordo com ela, os discentes matriculados na matéria puderam aprender conhecimentos valorizados pelo mercado de trabalho, bem como perceber que a oferta de vagas disponíveis era maior do que imaginavam, concluindo a disciplina com sentimentos de esperança.

Para Teixeira e Gomes (2005) o nível de informação disponível aos graduandos acerca de suas condições empregatícias após a conquista dos diplomas pode afetar mais a elaboração de seus planos e metas de carreira do que as condições objetivas existentes, de fato, no mercado de trabalho relativo à área que escolheram. Nesse sentido, demonstra-se fundamental que disciplinas como essa possam ser ofertadas de forma mais recorrente nos cursos de ciências sociais, a fim de que os estudantes possam superar algumas das noções pré-concebidas que entendem as perspectivas profissionais da área como pouco promissoras.

Quatro das participantes (Bruna, Débora, Melissa e Paula) sinalizaram a necessidade de mais disciplinas ou formações complementares que possam dar conta de suprir as lacunas existentes no aprendizado de técnicas de pesquisa quantitativa e do uso de *softwares* de pesquisa. Dessa forma, Melissa (Socius/UnB) afirmou a relevância da existência de um espaço na universidade que possa contar com computadores licenciados para o uso de programas de pesquisa onde pudessem ocorrer matérias práticas de laboratório. Já Débora (Práxcis/UFV), mesmo que oriunda de outra universidade, citou o exemplo do MQinho da UFMG como um exemplo bem-sucedido de formação que poderia ser replicado em outras instituições.

Rodrigo (Meios/UFMG), por sua vez, expressou a necessidade de que as disciplinas centradas no aprendizado de métodos qualitativos de pesquisa possam introduzir os estudantes a um ferramental que os auxilie no tratamento e análise de dados qualitativos.

Pra mim precisaria enfocar, pelo menos um módulo do curso ou (...) da cadeira dedicada a metodologia qualitativa, falar de *software* mesmo. O que é categorização? O que é codificação? Que *softwares* existem? Qual é o melhor de

mexer ou qual é o mais fácil? (...) Quais são as estratégias de codificação possíveis? (...) o que é análise de conteúdo? o que é análise de discurso? como é que se aplica isso usando um software? Porque a gente discutia isso, né? (...) Mas como é que a gente faz uma análise de conteúdo, uma análise de discurso usando um software? Nenhum professor nosso, até então, sabia. Fazia no papel sabe? **Rodrigo (Meios/UFMG)**.

Entre a bibliografia considerada também foi possível constatar algumas considerações acerca da necessidade de modificação das matrizes curriculares nas ciências sociais. De acordo com Mirhan (2015), a reforma curricular deveria estar posta como pauta prioritária da categoria dos sociólogos. Nesse sentido, o autor propõe mudanças pautadas, primordialmente, pela inclusão de temáticas relativas ao planejamento e à avaliação de políticas públicas, à elaboração de pesquisas de opinião e de mercado e a tópicos vinculados à ética profissional na sociologia.

Nessa perspectiva, Baltar (2013) afirma a necessidade de acrescentar disciplinas que possam abarcar questões como a análise de dados e o planejamento e a organização de projetos sociais, a fim de contemplar as necessidades de formação profissional de estudantes que visam se inserir profissionalmente fora da academia. Além disso, ressalta a importância da estruturação de um estágio profissional aos matriculados no bacharelado em sociologia, permitindo que esses discentes possam ter o acompanhamento de profissionais especializados no cumprimento de suas demandas, visando uma inserção laboral facilitada no mercado.

3.3 Experiências como integrante de uma empresa júnior de ciências sociais

Um dos eixos para a construção deste trabalho centrou-se na tentativa de compreender as dinâmicas organizacionais das empresas juniores de ciências sociais que foram consideradas na amostra. Sob essa perspectiva, os entrevistados relataram suas vivências cotidianas a partir dos cargos que ocuparam, abarcando as dificuldades e a satisfação vivenciadas enquanto integrantes dessas organizações.

Nesse sentido, questionei os participantes a respeito de suas experiências mais marcantes durante a realização dos serviços contratados no período em que foram membros de suas respectivas empresas. Suas respostas contemplaram uma diversidade de projetos que abarcaram temáticas como: segurança pública, concentração fundiária, opinião eleitoral, avaliação educacional, impacto social de construções e empreendimentos, dentre outras. Por meio da execução desses serviços, os egressos salientaram as oportunidades de participar de

extensos trabalhos de campo, podendo ter contato direto com técnicas de pesquisa variadas, desde a elaboração e aplicação de questionários até a realização e mediação de grupos focais. A variedade presente nas questões operacionais, logísticas e nos conteúdos abarcados por projetos executados pelas empresas juniores de ciências sociais denotam a ampla gama de possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem a serem exploradas pelos discentes que as integram.

A respeito dos contratantes desses serviços, também se observou relativa variedade contemplando docentes de ensino superior que necessitavam de auxílio para a operacionalização de suas pesquisas, como relatado por Jorge (Socius/UnB), Melissa (Socius/UnB) e William (Meios/UFGM), até políticos que buscavam meios para compreender as intenções de votos de seus eleitores, conforme dito por Débora (Práxcis/UFV).

No que tange ao funcionamento cotidiano das EJs, alguns dos entrevistados salientaram que a tarefa de administrar uma empresa, com todas as responsabilidades inerentes a esse processo, poderia ser desafiadora para jovens estudantes com pouca experiência e conhecimento no assunto. A falta da presença constante de um suporte especializado que pudesse orientá-los na gestão da organização deixava essa tarefa ainda mais complicada.

É uma responsabilidade muito séria. Quando você não tem orientação é difícil pra caralho, né? Então se é difícil pra gente velha, sabe? Imagina pra quem tá recém-saído da adolescência, que estão afim de fazer as coisas, tem muito tesão, muita vontade, mas tipo assim, a gente fica batendo cabeça, é isso que acontece, né? **(Rodrigo, Meios/UFGM).**

Também sob essa perspectiva, Eugênio (Datamontes/Unimontes) relata uma situação que exemplifica o modo como a prática profissional realizada durante a época em que integrava a Datamontes era dotada de relativo amadorismo.

Às vezes a gente descobria quem era o colega que tinha carteira (risos) de motorista, porque aos dezoito anos né? Nem todo mundo tem. Então esse cara, ele virava um motorista e a gente alugava um carro no nome desse cara e botava ele pra dirigir sem nenhum tipo de instrução, direção defensiva, contrato de (risos) seguro de vida, nada disso. Um lance quase que amador, né? Assim pro risco laboral que a gente encara hoje **(Eugênio, Datamontes/Unimontes).**

Segundo o entrevistado, a juventude dos integrantes da empresa era um elemento positivo, quando se considerava a energia e proatividade desses colaboradores, mas prejudicial no que tange à experiência exigida para a realização de serviços que demandavam logísticas mais complexas, a exemplo de trabalhos de campo.

Em tese, toda empresa júnior deveria contar com o auxílio constante de um professor vinculado ao departamento em que está sediada a organização ou de um profissional experiente na área. Esses orientadores estariam encarregados de oferecer suporte aos discentes tanto na facilitação de tarefas burocráticas concernentes à manutenção do funcionamento da EJ, como no auxílio à realização dos serviços ofertados por ela. O que se percebeu, no entanto, a partir dos relatos colhidos, foi que esse suporte não se fez presente na maior parte das experiências vivenciadas pelos egressos. Por vezes, o professor orientador foi somente nominalmente responsável pela organização, se encarregando de assinar documentos ou participar de resoluções burocráticas pontuais. O cotidiano da empresa, nesse contexto, era tocado quase totalmente pelos estudantes, que precisaram elaborar recorrentes estratégias para superar as deficiências que tinham. Não foi possível encontrar trabalhos acadêmicos que abarcassem a problematização dessa e/ou outras questões operacionais relativas ao modo como se estrutura o funcionamento das EJs pelo país²⁹.

Entre todas as entrevistas realizadas, apenas Paula, da Meios/UFMG, salientou a importância da presença de uma docente no cotidiano da empresa. Por conta disso, a professora teria sido, inclusive, apelidada de “madrinha da Meios”.

A não orientação e inexperiência dos membros são fatores que podem ajudar a explicar alguns dos obstáculos relatados pelos participantes durante suas estadias nas empresas juniores de ciências sociais. A desorganização de gestões anteriores comprometeu as experiências de Melissa, Paula e Rodrigo na Socius e na Meios, respectivamente, que enfrentaram problemáticas fiscais e burocráticas. De acordo com Rodrigo (Meios/UFMG), essa desordem poderia ser explicada pela alta rotatividade de integrantes de uma empresa júnior, que, por vezes, precisavam se desligar da organização depois que obtinham um estágio ou outro tipo de trabalho remunerado³⁰.

²⁹ Cabe salientar, no entanto, que instâncias superiores do Movimento Empresa Júnior, por meio das federações e núcleos, também oferecem suporte às EJs filiadas em questões administrativas e financeiras. No entanto, esse auxílio não foi relatado pelos entrevistados.

³⁰ Nesse sentido Débora afirmou sua percepção de que as pessoas que eram ativas no Movimento Empresa Júnior advinham de famílias mais abastadas. A hipótese sustentada por ela é de que aqueles que dispunham do tempo necessário para se engajar nas diversas atividades que compunham o cotidiano de um integrante ativo do Movimento tinham poucas preocupações financeiras, e, por consequência, poderiam dedicar-se plenamente à

A Práxcis, por sua vez, passou por dificuldades financeiras em virtude da baixa contratação de serviços. De acordo com Débora, os obstáculos enfrentados por empresas juniores de ciências sociais são dotados de especificidades que não fazem parte do cotidiano de EJs de outras áreas do conhecimento, como as engenharias, por exemplo, que dispõem de um mercado consumidor mais amplo.

Então assim, eu acho que esse é um ponto que pega muito pra gente. (...) Que que a gente precisa fazer? A gente precisa chegar nas pessoas e explicar pra elas porque que elas precisam do nosso serviço. Essa turma não, essa turma as pessoas já sabem e aí precisam de um trabalho mais em conta, vão neles, né? (**Débora, Práxcis/UFV**).

Para William (Meios/UFMG), as distinções que singularizam uma EJ de ciências sociais perante as demais é um dos motivos pelos quais, durante sua estadia na Meios, a empresa não se engajava nos eventos do Movimento Empresa Júnior.

Sob essa perspectiva, cabe destacar as contribuições dos entrevistados acerca das relações entre suas respectivas empresas juniores e as instâncias superiores do Movimento Empresa Júnior³¹, que também foram objeto desta investigação. Ao questionar os egressos a respeito do tema, foi possível constatar posicionamentos distintos de cada uma das organizações para com essas entidades.

Bruna e Eugênio, que integraram a Datamontes, afirmaram que, à época de suas graduações – entre os anos de 2007 e 2011 – não tinham ciência da existência e das ações realizadas por entidades do tipo. Para Paula, Rodrigo e William, ex-membros da Meios, as relações com instâncias do MEJ também não foram profícuas, visto que a integração da empresa junto ao Movimento não era uma prioridade. Para os integrantes da Meios parecia mais importante priorizar a organização de seus processos internos de funcionamento antes de se voltar ao encontro de oportunidades externas. Rodrigo, entretanto, afirmou acreditar que a Meios se encontra mais envolvida com o Movimento atualmente.

Para Gustavo e Débora, que foram integrantes da Práxcis, a forte presença de empresas juniores na UFV teve papel importante na relação construída entre a organização e outras entidades do MEJ. Conforme o relato de Débora, os integrantes da Práxcis eram ativos

realização de um trabalho não remunerado. Suas considerações corroboram aquelas tecidas por Silva (2019) em sua monografia. Na ocasião, ele afirmou que a escassez de políticas para o aumento da diversidade das organizações seria uma das características marcantes do Movimento.

³¹ Simbolizadas aqui pelos conselhos, núcleos e federações representativas locais.

na Central Estudantil de Empresas Juniores da UFV (CEEMPRE), associação que reunia as EJs sediadas na universidade. Alguns desses membros chegaram a ocupar cargos de destaque na associação, fazendo com que a empresa passasse a ser mais reconhecida e respeitada perante as demais. Em contrapartida, as relações entre a Práxcis e a federação de Minas Gerais não eram estreitas, visto que a organização teria enfrentado uma série de percalços para filiar-se à entidade. Para a entrevistada, os integrantes da FEJEMG (Federação das Empresas Juniores do Estado de Minas Gerais) tinham dificuldade de visualizar as especificidades inerentes às realidades de cada empresa júnior e adaptar suas ações para que todas elas fossem contempladas em sua diversidade.

Era muito complicado tentar passar por esses processos de federação, de entrada nesses movimentos sem vender tudo que eles queriam que a gente vendesse, porque o mercado é muito diferente. Um projeto que uma empresa júnior de engenharia elétrica vendia, de engenharia mecânica vendia, faturava uns 20 mil, sei lá, era muita grana. E aí a gente vendia projetinho de 1500, 2 mil reais. (**Débora, Meios/UFMG**).

Os egressos da UnB relataram que havia um distanciamento claro entre a Socius e as instâncias do MEJ, fazendo com que a empresa se ausentasse de participar dos espaços de discussão promovidos pela Concentro, Federação das Empresas Juniores do Distrito Federal. Segundo Jorge, um dos pontos que motivava a frieza dessa relação residia no modo como cada entidade encarava os objetivos da atuação de uma empresa júnior. Havia relativo consenso entre os integrantes da Socius de que o funcionamento da organização deveria ser primordialmente baseado e orientado ao aprendizado dos integrantes, fazendo com que alguns dos serviços contratados fossem, inclusive, pagos a partir da realização de minicursos de capacitação pelo contratante ao invés de dinheiro. Isso ia de encontro ao sentido mercadológico que é comumente preconizado pelo MEJ, que estipula metas anuais de faturamento às empresas juniores filiadas às suas entidades. Acerca desse distanciamento, Melissa afirmou que a ausência da Socius nos espaços de discussão do Movimento não era produtiva a nenhum dos lados envolvidos, visto que ambos poderiam ser beneficiados com a troca de informações e experiências a partir do contato com o outro.

O modo como as pessoas entrevistadas concebem os valores e ideias que orientam as ações do Movimento Empresa Júnior também foi tema de uma das questões presentes no roteiro de entrevista. Como mencionado por Neto (2020), o Movimento é pautado pela adoção

de uma gramática moral que procura dar unidade e justificar suas ações. Nesse sentido, são orientados por uma missão primordial: “formar, por meio da vivência empresarial, lideranças comprometidas e capazes de transformar o país em um brasil empreendedor” (BRASIL JÚNIOR, 2015, p.15). Encaram, dessa forma, o empreendedorismo como elemento chave para transformações estruturais no país, que perpassariam diretamente os impactos das empresas juniores na melhoria do ensino superior brasileiro e na dinamização da economia nacional.

De acordo com quatro dos participantes (Jorge, Melissa, Paula e William), os preceitos que dão sustentação ao Movimento Empresa Júnior se chocam diretamente com os elementos que constituem a formação acadêmica em ciências sociais. Para Melissa (Socius/UnB), isso teria origem nas problemáticas que perpassam o papel de uma empresa em uma sociedade capitalista, sendo considerações acerca desse tópico parte fundamental dos estudos clássicos da sociologia. Segundo a egressa, a maneira como o Movimento negligencia tais aspectos em sua atuação também contribuiria para a existência de divergências.

Outros três entrevistados (Débora, Eugênio e Rodrigo) comentaram mais profundamente a respeito dos significados que a categoria empreendedorismo adquiriu na atual realidade brasileira. Para Eugênio (Datamontes/Unimontes) esse conceito atualmente se encontra em disputa, podendo assumir diversas simbologias, inclusive as que aludem ao favorecimento do grande capital. Em contrapartida, acredita em outra visão sobre o empreendedorismo, concebendo-o a partir de sua relação com a inovação, o desenvolvimento e a solução de problemas. Afirma, ainda, que essa discussão precisa ser abertamente estimulada nas ciências sociais para que se possa gerar um debate verdadeiramente profícuo sobre a questão. Débora (Práxcis/UFV), por sua vez, sustenta que, ainda que tal noção seja dotada de inúmeras problemáticas e se choque com a formação na área, é importante que existam empreendedores que se preocupem com a execução de projetos dotados de responsabilidade para com questões sociais. Nesse sentido, concebe que as ciências sociais possuem contribuições importantes a fazer nesses espaços.

Ainda a respeito dos valores que norteariam a ação das empresas juniores e a forma como eles seriam entendidos por discentes e docentes do curso de ciências sociais, um ponto marcante presente em quase todas as entrevistas residiu nas tensões ocorridas entre as EJs consideradas na amostra junto a outras instâncias da graduação. Sete dos nove participantes mencionaram explicitamente que a organização que integravam não nutria de boa reputação perante boa parcela do corpo discente. Tais sentimentos de hostilidade se fundamentariam na noção de que a própria existência de uma empresa júnior não faria sentido dentro de um curso

como as ciências sociais, seja porque a atuação de um profissional da área não seria concebida a partir da iniciativa privada, seja porque as empresas juniores estariam diretamente vinculadas a uma noção hegemônica de empreendedorismo nocivo.

Tais sentimentos não só causavam mal-estar entre discentes, como também foram capazes de originar conflitos diretos que envolveram parcelas do corpo docente. De acordo com Débora, em uma determinada ocasião um professor do departamento, em conjunto a um grupo de alunos, teria construído um abaixo assinado que visava levar ao fechamento da Práxcis. A ação, no entanto, não teria ganhado tração junto aos demais docentes³².

Nesse sentido, Jorge (Socius/UnB) destacou o não-lugar que ocupavam os integrantes de uma empresa júnior de ciências sociais quando considerados os espaços do MEJ e os do próprio curso. Por conta dessa condição, os integrantes da Socius acabavam por não se sentirem plenamente pertencentes em nenhuma das duas esferas.

Eu lembro de uma questão muito curiosa, é que dentro do MEJ a Socius era tida como os desviantes, aqueles que eram avessos às lógicas do empreendedorismo né? E ao mesmo tempo entre os estudantes de ciências sociais nós éramos os grandes interessados no mercado, né? Então era uma empresa júnior que vivia ali num limbo, né? Ela não era nem participante do MEJ de uma forma integral e nem bem-vista, exatamente, dentro do curso (**Jorge, Socius/UnB**).

Nos relatos de Débora (Práxcis/UFV) e Rodrigo (Meios/UFMG), os conflitos enfrentados pelas empresas juniores das quais faziam parte teriam sido suscitados por integrantes ativos nos Centros Acadêmicos de seus respectivos cursos. Em seus relatos, esses discentes seriam caracterizados pela sua estreita ligação com movimentos sociais de contestação, sendo inclusive denominados a partir da categoria “militantes”. Nesse contexto, as EJs representariam, para esses estudantes, um dos produtos do problema que visavam combater em sua atuação política, visto que, de acordo com a perspectiva defendida por eles, elas nutririam relações com o grande capital e vinculariam a função profissional dos cientistas sociais a preceitos mercadológicos.

Apesar de enfatizarem a importância da militância para a transformação da sociedade, e de, inclusive, afirmarem que ela teria sido um dos fatores que os levou a optar pelas ciências

³² A existência de conflitos teria chegado a um ápice durante o Movimento Contra as Empresas Juniores construído na UFSC que influenciou em decisão que a proibiu no Centro de Filosofia e Humanidades da universidade.

sociais como curso de graduação, Débora e Rodrigo afirmaram que as perspectivas defendidas por esses discentes não seriam, de fato, produtivas às ciências sociais. De acordo com Rodrigo, a crença de que profissionais de ciências sociais estariam “se vendendo” ao capital a partir de suas relações com a iniciativa privada não leva em consideração as diversas demandas financeiras que perpassam a vivência desses trabalhadores. Tal elaboração permite perceber uma persistência do cenário constatado por Durand (1984) sobre uma cisão entre cientistas sociais que trabalham dentro e fora da academia, bem como os sentimentos de relativa hostilidade destinados àqueles que optam por seguir suas carreiras no setor privado.

Uma das coisas que eu diria, né? Pras pessoas que estão engajadas no movimento da empresa, que tem que ser botadas na mesa assim de uma maneira bem clara, sabe? Não tem nada de capitalismo, a gente tá aqui querendo trabalhar e ensinar o trabalho do cientista social pras pessoas (...). Se ter um emprego é capitalismo, ter dignidade é capitalismo, então que seja, foda-se (**Rodrigo, Meios/UFMG**).

Ainda acerca das relações entre ciências sociais e mercado de trabalho extra-acadêmico, Débora e Gustavo, da Práxcis, enfatizaram que a ausência de cientistas sociais nesses postos de trabalho é prejudicial quando se leva em consideração o fato de que outros indivíduos, que não seriam dotados da mesma preocupação social e política que caracteriza os profissionais da área, estão atualmente ocupando esses espaços. Nesse contexto, considerando a disputa por vagas no mercado de trabalho junto a egressos de outras áreas do conhecimento, como salientada por Bonelli (1993), os cientistas sociais sairiam perdendo.

Entre as universidades pesquisadas, a Datamontes foi a única em que os ex-integrantes não relataram nenhum tipo de tensão junto a outras instâncias do curso, muito pelo contrário. De acordo com Eugênio, em virtude da existência de um centro acadêmico fragilizado, a empresa funcionava como um espaço de agregação do corpo discente, bem como promotor de eventos à comunidade acadêmica. Os recursos provenientes de projetos realizados pela Datamontes, foram, inclusive, parcialmente destinados ao fortalecimento do movimento estudantil na universidade e à construção de um laboratório para o departamento de ciências sociais.

3.4 A relevância da formação em ciências sociais para as trajetórias acadêmico-profissionais dos egressos

TABELA V – Cargos ocupados, setores produtivos e principais funções profissionais relativas às pessoas participantes à época de realização das entrevistas

Nome	Cargo ocupado à época da entrevista	Setor em que trabalha	Principais funções profissionais
Bruna	Sem Ocupação	-	-
Débora	Assistente Administrativa	Setor Privado	Funções administrativas e burocráticas.
Eugênio	Analista socioambiental	Setor Privado	Organização de logística de pesquisa; coleta de dados; produção de relatórios.
Gustavo	Metodólogo, analista multidisciplinar e pesquisador autônomo	Terceiro Setor	Construção de projetos sociais; análise de dados; relacionamento com comunidades; realização de censos demográficos; consultoria em pesquisa.
Jorge	Professor e supervisor educacional na rede pública de educação	Setor Público	Ministração de aulas de sociologia para estudantes do ensino médio.
Melissa	<i>Chief data officer</i> (Diretora de Dados)	Setor Privado	Responsável pelo setor de inteligência de dados; contato com clientes e fornecedores; acompanhamento das entregas.
Paula	Coordenadora de pesquisa	Setor Privado	Coordenação de projetos de pesquisa quantitativa qualitativa; tratamento de dados; elaboração de relatórios.
Rodrigo	Analista sênior de gestão ambiental e pesquisador autônomo	Setor Privado	Realização de análises qualitativas; relacionamento com comunidades e mineradoras; apoio à construção de mapas e informativos; consultoria em pesquisa.
William	Analista de diálogo social	Setor Privado	Coordenação de projetos,

Fonte: Dados disponibilizados pelos próprios participantes

Elaboração Própria

À época da realização das entrevistas, seis das pessoas entrevistadas trabalhavam no setor privado, uma atuava no setor público, uma no terceiro setor e uma encontrava-se desempregada. Além disso, dois dos participantes também ofertavam serviços de consultoria em pesquisa social de forma autônoma. Considerar o contexto laboral de atuação desses egressos foi importante para que fosse possível compreender o modo como suas funções profissionais foram especificamente impactadas pelos conhecimentos e habilidades desenvolvidos durante a formação que cursaram nas ciências sociais.

Para todas as pessoas entrevistadas a graduação proporcionou o desenvolvimento de saberes que são importantes ao exercício de suas demandas laborais³³. Cinco dos participantes (Débora, Eugênio, Gustavo, Melissa e Rodrigo) afirmaram que o curso os auxiliou a encarar a realidade social a partir de uma lente crítico-analítica necessária para desvelar suas complexidades. Na visão de Débora (Práxcis/UFV), que exercia, à época, funções administrativas em uma empresa privada, esse aspecto conferiria aos cientistas sociais um olhar mais apurado para visualizar as problemáticas existentes em determinados cenários, bem como encontrar suas causas e consequências. Isso teria sido especialmente importante para que pudesse encarar a burocracia por uma nova perspectiva. Para Gustavo (Práxcis/UFV) esse aspecto foi fundamental não apenas para a esfera profissional de sua vida, mas também a pessoal:

Acho que mais do que profissional, os saberes que eu adquiri no curso de ciências sociais, acho que me formaram muito mais como pessoa né? Ainda mais nos tempos que nós estamos vivendo. Eu sou muito grato de ter escolhido esse curso porque...

³³ Apesar de ressaltarem a importância do aprendizado construído durante a formação em ciências sociais quando questionados, Melissa (Socius/UnB) e William (Meios/UFMG) também explicitaram ressalvas quanto às suas limitações. Para a egressa da UnB, a formação teria deixado a desejar em termos práticos, tanto no que tange ao aprendizado dos métodos de pesquisa que utiliza cotidianamente em seu trabalho, como na orientação prática de uma carreira profissional. O ex-integrante da Meios relatou uma perspectiva semelhante, visto que a maior parte dos conhecimentos dos quais se utiliza para o cumprimento de suas funções (diálogo social com comunidades e mediação de conflitos) foi desenvolvido depois de sua inserção no mercado de trabalho.

eu ainda prefiro a questão da Matrix né? Eu ainda prefiro a pílula da verdade, do que a da ignorância³⁴ (Gustavo, Práxcis/UFV).

Eugênio (Datamontes/Unimontes), Paula (Meios/UFMG) e Rodrigo (Meios/UFMG) salientaram que ter um primeiro contato com técnicas de pesquisa social por meio das disciplinas de metodologia, tanto qualitativas, como quantitativas, foi relevante na medida em que esses conhecimentos são cotidianamente utilizados por eles em seus respectivos postos de trabalho em organizações privadas.

Na perspectiva de Jorge (Socius/UnB), único entrevistado que exercia a função docente, a formação em licenciatura proporcionada pela UnB é de excelência e foi fundamental para que ele pudesse enfrentar os atuais desafios que atravessam o magistério no Brasil de hoje. Sentiu-se, dessa forma, mais preparado para lidar com questões que perpassam a perseguição de professores por razões políticas e o avanço do reacionarismo no ambiente escolar.

No que tange, especificamente, às implicações ocasionadas pela integração a uma empresa júnior de ciências sociais em termos profissionais, todas as pessoas entrevistadas também afirmaram que a experiência teria sido benéfica e os impactado positivamente de múltiplas formas.

O desenvolvimento de diferentes habilidades que são valorizadas pelo mercado de trabalho extra-acadêmico foi salientado por seis dos entrevistados (Bruna, Débora, Jorge, Melissa, Rodrigo, William). Na perspectiva de Jorge, o aprendizado de competências relativas à responsabilidade, ao trabalho coletivo e à gestão de equipes, trabalhadas durante o período em que integrou a Socius, preparou-o para assumir um cargo de chefia no colégio em que trabalhava. William, por sua vez, acredita que a experiência de lidar com prazos específicos de entrega foi importante para se habituar ao ritmo de trabalho que cumpre atualmente no setor privado. Outros conhecimentos mencionados pelos entrevistados abarcaram: proatividade, trato com clientes, organização, capacidade de negociação e diálogo interinstitucional. Mais do que a construção de saberes, para Rodrigo, essa experiência também o teria preparado para que entendesse quais comportamentos seriam esperados e/ou exigidos dele em um ambiente profissional extra-acadêmico, que opera, segundo ele, a partir de regras próprias. Nesse sentido, acredita que assumir uma postura confiante e proativa e

³⁴ Em determinado momento do filme Matrix (1999), o protagonista Neo precisa escolher entre ingerir duas das pílulas apresentadas por Morpheus. A de cor azul faria com que ele permanecesse numa realidade ilusória, já a vermelha permitiria com que fosse possível se libertar dessas amarras.

demonstrar capacidade de convencer seus interlocutores seriam elementos necessários para que se possa “jogar o jogo” que é inerente a esses espaços.

O amplo aprendizado desenvolvido em métodos e técnicas de pesquisa foi enfatizado por cinco dos participantes (Débora, Gustavo, Eugênio, Melissa e Rodrigo) como aspecto fundamental de suas vivências dentro de suas respectivas organizações. Essa experiência teria sido especialmente importante no que diz respeito às oportunidades que tiveram de participar ativamente do processo de construção de uma pesquisa desde o seu início, contemplando o primeiro contato com o cliente; a definição das técnicas utilizadas; o trabalho de campo; o tratamento e análise de dados e, por fim, a construção do relatório final. Segundo Gustavo, o desenvolvimento de conhecimentos metodológicos que pôde construir na empresa júnior foi fundamental para que desse o primeiro passo da carreira de metodólogo, que o levou a se inserir em ambientes profissionais diversos por meio de suas habilidades de pesquisa social.

Quatro dos entrevistados (Eugênio, Gustavo, Melissa e Paula), por sua vez, explicitaram que a vivência em uma organização do tipo teria se configurado como um marco central para a construção de suas trajetórias profissionais, na medida em que suas carreiras foram orientadas para caminhos que se relacionavam diretamente com as atividades que exerciam em suas respectivas empresas. Além disso, ela teria simbolizado uma das motivações para que não desistissem do curso ou se sentissem frustrados com sua escolha pelas ciências sociais.

Eu entrei no primeiro semestre, no segundo semestre eu já tava aplicando questionário, no terceiro eu já tava ali mexendo em planilha, no quarto eu tava mexendo no SPHINX (software de coleta e análise de dados), sabe? Então assim, foi muito isso que me motivou a construir a minha carreira pro lado que eu construí. Foi tudo ali vindo muito da Socius mesmo (**Melissa, Socius/UnB**).

Para Eugênio (Datamontes/Unimontes), Rodrigo (Meios/UFMG) e William (Meios/UFMG), a experiência de integrar uma empresa júnior, bem como o desenvolvimento de habilidades inerentes a ela, foi positivamente reconhecido por recrutadores e constituiu um diferencial que os destacou perante outros concorrentes em momentos de pleitear vagas de emprego.

Por fim, cabe citar o modo como a experiência de participar de uma empresa júnior também foi fundamental para impulsionar Gustavo (Práxcis/UFV) e Rodrigo (Meios/UFMG) a ofertarem serviços de consultoria em pesquisa social enquanto autônomos. A primeira pesquisa vendida por Rodrigo, inclusive, teria sido contratada por um docente da UFMG que

havia sido, anteriormente, um cliente da Meios. Para a oferta contínua de serviços, Gustavo chegou a abrir sua própria empresa de pesquisa um pouco antes da pandemia de COVID-19. Em busca realizada para a construção desta monografia, não foi encontrado nenhum trabalho dedicado ao entendimento do exercício da profissão de cientista social de forma autônoma ou acerca da abertura de pequenas empresas por esses profissionais.

Muitos dos impactos positivos relatados pelos entrevistados a partir de suas experiências enquanto integrantes de suas respectivas organizações corroboraram aqueles elencados pela bibliografia anteriormente apresentada neste trabalho, ainda que essas produções não tivessem como foco as empresas juniores e/ou os profissionais de ciências humanas e sociais. O desenvolvimento de competências valorizadas pelo mercado extra-acadêmico (OLIVEIRA, 1997; DE MATOS 1997; LAFEUILLE, 1997; ZILLIOTTO & BERTI, 2012); a construção de uma rede de contatos profissionais (LAFEUILLE, 1997); e a configuração dessa experiência enquanto um diferencial ao pleitear vagas de emprego (DE MATOS, 1997; ZILLIOTTO & BERTI, 2012) foram algumas dessas implicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação primordial para a construção deste trabalho residiu no questionamento de uma noção recorrente que tenho escutado desde que decidi pela graduação em ciências sociais: a de que as únicas duas alternativas profissionais possíveis aos egressos da área estariam na docência para a educação básica e na pesquisa das universidades. Não me parecia plausível o fato de que uma formação que abarca um leque de saberes e possibilidades tão grande pudesse ser limitada a poucas saídas profissionais, ainda que elas sejam, por si só, legítimas e fundamentais para o prestígio obtido pelas ciências sociais brasileiras ao longo do tempo. A busca pela compreensão das razões que explicariam o estabelecimento de tal pressuposto no senso comum guiou a investigação dos processos de inserção profissional de cientistas sociais que delinearão suas carreiras a partir de outras alternativas.

Para que essa pesquisa fosse possível tomei as empresas juniores como ponto de partida, sendo entendidas aqui por meio de noção empregada por Reis (2001) que as qualifica como uma conexão direta entre a universidade e o mercado extra-acadêmico. Foi por meio da entrada em uma organização do tipo que pude compreender as formas pelas quais seria possível operacionalizar saberes teóricos aprendidos em sala de aula de forma prática e vislumbrar outras possibilidades de atuação possíveis após a obtenção do diploma. Nesse sentido, a busca pelo entendimento dos impactos que a experiência em uma empresa júnior poderia implicar nas trajetórias de cientistas sociais norteou a construção desta monografia.

Visando contribuir junto ao campo da Sociologia dos Cientistas Sociais, como denominado por Braga (2011), procurei compreender o modo como esses profissionais delinearão suas carreiras a partir de suas próprias palavras e pontos de vista. Foram entrevistados nove egressos provenientes de quatro universidades distintas (UFMG, UFV, UnB e Unimontes), sendo dois de cada uma dessas instituições com a adição de uma entrevista extra de um graduado da UFMG. Durante os cursos, eles integraram as empresas juniores de ciências sociais existentes em suas universidades (Meios, Práxcis, Socius e Datamontes), sendo essas as organizações da área mais antigas em funcionamento no país.

A realização das entrevistas exigiu que as pessoas participantes rememorassem alguns dos processos vivenciados por elas durante o período em que integraram o curso de ciências sociais, bem como suas respectivas empresas juniores. Dessa forma, foram questionadas a respeito de suas motivações para a entrada na graduação, bem como sobre suas percepções positivas e negativas acerca da formação que cursaram. Especificamente enquanto integrantes de uma organização júnior, foram convidados a relatar os momentos marcantes que

vivenciaram durante a feitura dos serviços contratados, as dificuldades inerentes ao gerenciamento de uma empresa sem dispor da orientação e da experiência necessárias para tal e as relações das mesmas com as instâncias e valores que constituem o Movimento Empresa Júnior. Além disso, comentaram as tensões ocorridas entre suas EJs de origem e outras instâncias do curso em virtude de divergências sobre o entendimento das funções profissionais competentes a um cientista social na iniciativa privada. Por fim, puderam elaborar a respeito dos impactos que o desenvolvimento de saberes a partir das ciências sociais implicaram na construção de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Seus relatos também me provocaram a lembrar alguns dos momentos da minha experiência enquanto membro de uma organização júnior. Foram várias as ocasiões, durante o processo de pesquisa, em que a formalidade entre entrevistador e entrevistado cedeu lugar a uma conversa entre pares pautada pela identificação de pontos em comum que marcaram vivências relativamente semelhantes. Pude constatar tais paralelos nas experiências vividas durante a realização dos serviços, nas relações de amizade construídas, nas dúvidas e receios sofridos e (parcialmente) superados ao longo do tempo, bem como no enfrentamento de conflitos junto a outras instâncias do curso. Entendo que a ocorrência desse duplo processo de identificação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa foi essencial para que a construção deste trabalho pudesse ter sido tão gratificante como foi.

(...) falar da Datamontes é sempre importante, muito importante (...) pra mim. E falar da formação, que é uma coisa que se perde, né? E aí eu parar pra lembrar por que eu fiz ciências sociais? O que eu queria com isso? Onde eu cheguei? O que me trouxe? (...). Então foi um processo bacana, muito obrigado (**Eugênio Datamontes/Unimontes**).

Todos os entrevistados destacaram que a predileção por temáticas e reflexões relacionadas às áreas de Ciências Humanas e Sociais foi um dos fatores determinantes para que optassem por esse caminho na graduação. Outros elementos também foram determinantes para alguns deles, a exemplo da vontade de atuar na superação de desigualdades e da transformação da realidade, bem como influências externas de professores, amigos e familiares.

No que tange aos pontos positivos da formação em Ciências Sociais elencados pelas pessoas participantes, cabe destacar: a construção de saberes multidisciplinares, o aprofundamento teórico, a qualidade do corpo docente e as diversas oportunidades de pesquisa, extensão e iniciação científica das quais puderam participar. Os aspectos negativos,

por sua vez, abarcaram a pouca ênfase no desenvolvimento de habilidades práticas, a carência de uma orientação mais presente acerca das possibilidades profissionais existentes na área e os sentimentos de ansiedade com relação a perspectivas laborais pouco promissoras após a graduação.

Com relação às experiências dos entrevistados enquanto membros de empresas juniores, foi possível compreender as diversas oportunidades de aprendizado possíveis a partir dos relatos de participação da feitura dos serviços contratados. Esses projetos abarcaram múltiplas temáticas do campo das ciências sociais e também se configuraram enquanto verdadeiros laboratórios ao aprendizado de métodos e técnicas de pesquisa.

Entre as dificuldades existentes, os relatos centraram-se nas implicações que a falta de um suporte ou orientação especializados geraram nessas organizações, ocasionando problemáticas fiscais e administrativas. As limitações existentes no mercado consumidor, bem como o desconhecimento por parte dos contratantes sobre a relevância dos serviços oferecidos por essas empresas, também se postaram como obstáculos à saúde financeira das EJs.

As relações das EJs com as instâncias e os valores que constituem o Movimento Empresa Júnior (MEJ) também foram abordadas durante as entrevistas. A frieza no relacionamento com essas entidades marcou a experiência da maioria das organizações, assim como a discordância face aos ideais de caráter mercadológico e meritocrático que sustentam o Movimento. Além disso, a existência de tensões entre essas empresas e outras instâncias do curso também foi um ponto de destaque, visto que, de acordo com os relatos, boa parcela do corpo discente não concebia a existência de EJs em cursos de Ciências Sociais com bons olhos.

Os impactos positivos da formação em ciências sociais para a construção de carreira foram abordados por todos os participantes, ainda que com algumas ressalvas. Essas implicações benéficas abarcaram o desenvolvimento de habilidades crítico-analíticas para a compreensão da realidade social, bem como o aprendizado de conhecimentos em métodos de pesquisa. A participação em empresas juniores de Ciências Sociais, por sua vez, também foi destacada em termos positivos por todas as pessoas, proporcionando a seus ex-membros a construção de habilidades valorizadas pelo mercado de trabalho; o direcionamento de suas trajetórias laborais; bem como foi reconhecida como o um diferencial que os destacou frente a outros candidatos na visão de recrutadores.

O trabalho também propôs se configurar enquanto um ponto de partida para outras investigações a serem realizadas no futuro. Ao longo da construção desta monografia foram percebidas uma série de lacunas que ainda necessitam ser respondidas por uma bibliografia

competente na área de ciências humanas e sociais. Em virtude da disponibilidade de tempo para a realização desta produção, assim como por conta das próprias limitações inerentes a um trabalho de conclusão de curso, uma série de temáticas não puderam receber o devido cuidado. Elas abarcam, por exemplo: as dificuldades operacionais na administração de uma empresa júnior por parte de jovens estudantes sem experiência; os motivos pelos quais algumas das EJs de ciências sociais anteriormente fundadas não se encontram mais em funcionamento; os processos de inserção de cientistas sociais extra-acadêmicos em campos específicos do mercado de trabalho, como os que estão relacionados ao universo digital; as dinâmicas que perpassam o funcionamento de pequenas empresas de pesquisa fundadas por profissionais da área, dentre tantos outros assuntos.

Ainda que a pesquisa aqui elaborada tenha assumido um caráter exploratório e consequentemente não-representativo, algumas das contribuições tecidas permitiram que fosse possível compreender os caminhos trilhados por cientistas sociais que conseguiram construir carreiras de sucesso em ambientes extra-acadêmicos. Tal cenário corroborou alguns dos estudos que se dedicaram a investigar essa temática em períodos anteriores, a exemplo dos trabalhos de Miglievich (1999) e Braga (2009). Demonstrou-se, dessa forma, como essas trajetórias profissionais exitosas fora da academia e da sala de aula, ainda que tenham sido perpassadas por obstáculos, podem contrariar os pessimismos comumente enraizados no senso comum e se mostrarem, de fato, possíveis para os egressos das ciências sociais.

Então... minha casa, minha filha, minha viagem..., a tinta do meu cabelo... tudo, as Ciências Sociais que me deu. (...) desde que eu formei, desde que eu entrei na graduação lá em agosto de 2007, eu só vivo de Ciências Sociais (**Bruna, Datamontes/Unimontes**).

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa que compõe um Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Sociologia de Daniel Machado dos Santos Maia. Para confirmar sua participação o consentimento será registrado ao início da entrevista. Caso opte por não participar da pesquisa, você não precisará prestar explicações que motivaram a sua decisão, assim como ela não será passível de nenhum tipo de punição, basta comunicar sua decisão ao pesquisador.

Os principais objetivos deste trabalho residem na investigação das dinâmicas e complexidades que compõem as experiências de egressos de empresas juniores presentes nos cursos de ciências sociais, com enfoque especial na percepção de egressos acerca do impacto da participação em uma empresa júnior para a vida acadêmica e profissional de cientistas sociais; às habilidades e saberes desenvolvidos, ou não, por eles a partir da entrada de sua entrada em uma empresa júnior e às contradições e impasses que constituem a concepção e implantação de empresas juniores em cursos de ciências sociais.

A participação das(os) voluntárias(os) se dará por meio de uma entrevista em plataforma virtual de reuniões e organizada por meio de um roteiro composto por 12 perguntas. Estima-se que as entrevistas durem aproximadamente 30 minutos, mas esse tempo é variável, haja vista que depende da duração das respostas proferidas pelos entrevistados.

Você não será remunerado, visto que sua participação para o desenvolvimento desse estudo é de caráter voluntário. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper a entrevista e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição.

Os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para a construção desta pesquisa. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Para contatar um dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail a qualquer momento:

Nome e e-mail do Pesquisador Responsável: Daniel Machado dos Santos Maia;

Nome e e-mail do Orientador: Stefan Fornos Klein; sfk@unb.br

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

FICHA TÉCNICA

1. Nome:
2. Gênero:
3. Renda à época da graduação:
4. Autodeclaração étnico-racial:
5. Empresa Júnior:
6. Tempo de graduação:
7. Cargo ocupado na EJ e principais funções:
8. Cargo ocupado atualmente e principais funções:

PERGUNTAS

1. **Experiência no curso de Ciências Sociais**

- O que te levou a escolher o curso de ciências sociais?
- Quais eram suas expectativas a partir da escolha do curso?
- As expectativas criadas foram cumpridas? De que forma?
- Elenque elementos positivos e negativos da sua formação em ciências sociais
- Considerando os aspectos negativos apontados, acredita que o currículo cursado pode ser aprimorado de alguma maneira? Como? (Apenas para quem apontar elementos negativos)
- Você entende que os saberes adquiridos a partir da formação em ciências sociais são relevantes para a sua atuação profissional? Caso sim, de que maneira?

2. **Experiência na Empresa Junior de ciências sociais**

- O que te levou a ingressar na empresa júnior de ciências sociais de seu curso?
- O que pensava acerca da empresa júnior de seu curso antes de fazer parte dela? Tais pressupostos se confirmaram ou não?
- Quais foram os principais serviços e projetos realizados dos quais você participou durante sua estadia na empresa?

- Você pode contar um pouco a respeito da relação entre a sua empresa júnior com a federação do seu estado e o Movimento Empresa Junior como um todo?
- Pensa que os princípios basilares do Movimento Empresa Junior se chocam com elementos ou aspectos da formação em Ciências Sociais? Caso sim, elabore um pouco de que modo isso se dá.
- Você entende que a experiência e os conhecimentos adquiridos durante sua estadia na empresa júnior foram relevantes para o exercício de sua atual profissão? De que maneira (ilustre com exemplos ou elabore um pouco mais o que contribuiu)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. **Lei das Empresas Juniores foi festejada em sessão especial.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/20/lei-das-empresas-juniores-foi-festejada-em-sessao-especial>>. Acesso: 14 de mar. 2023.

ALONSO, Angela; MIRANDA, Danilo Santos. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: bloco qualitativo.** São Paulo: Sesc São Paulo, 2016.

AVELAR, Lorena Laísse. **O curso de Ciências Sociais nas narrativas (auto) biográficas de seus egressos (2009–2017).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

BALTAR, Ronaldo. **Mercado de trabalho para os sociólogos e a Sociologia no Ensino Médio.** Revista Coletiva, n. 10, jan./fev./mar./abr, 2013.

_____ & BALTAR, Cláudia Siqueira. **A Sociologia como profissão.** Revista Brasileira de Sociologia-RBS, v. 5, n. 10, 2017.

BERBERINO, Danilo Farias. **As razões da escolha: uma análise das motivações para o ingresso no curso de ciências sociais na Universidade de Brasília.** Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BERVANGER, Elisiane; VISENTINI, Monize Sâmara. **Publicações científicas brasileiras sobre empresas juniores na área de administração: um estudo bibliométrico.** REGE-Revista de Gestão, v. 23, n. 3, p. 197-210, 2016.

BICALHO, Renata de Almeida; PAULA, Ana Paula Paes de. **Empresa Júnior e a reprodução da ideologia da Administração.** Cad. EBAPE.BR, v. 10, nº 4, artigo 7, Rio de Janeiro, Dez. 2012.

BOGO, Adelaide Maria et al. **Contribuições das empresas juniores para a formação acadêmica na visão dos alunos da UDESC Joinville.** International Journal on Alive Engineering Education, v. 2, n. 2, p. 61-70, 2015.

BONELLI, Maria da Gloria. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema de profissões.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. **Cientistas sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa.** Estudos de Sociologia, v. 14, n. 26, 2009.

_____. **Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais: A situação ocupacional dos egressos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 26 N° 76, 2011.

BRASIL. **Lei N° 6888.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1980;

_____. **Lei N° 13.267.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL JÚNIOR. **Conheça a Brasil Júnior.** [s.d]. Disponível em:

<<https://brasiljunior.org.br/conheca-a-brasil-junior>>. Acesso em 14 de mar. de 2023;

_____. **Conheça o MEJ.** [s.d]. Disponível em:

<<https://brasiljunior.org.br/conheca-o-mej>>. Acesso em 14 de mar. de 2023;

_____. **Conhecendo o MEJ: Livro 1.** São Paulo, 2015;

_____. **Planejamento estratégico a rede: 2022 – 2024.** São Paulo, 2021.

CARLOS, Davi. **Entenda o racismo algorítmico, que também atinge negros fora das redes.** Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de out. de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2022/10/entenda-o-racismo-algoritmico-que-tambem-atinge-negros-fora-das-redes.shtml>>. Acesso em: 19 de mai. de 2023

CUNHA, Marcella. **Senado comemora Dia Internacional do Empresário Júnior.** Rádio Senado, Brasília, 22 de nov. de 2022. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/11/22/senado-comemora-dia-internacional-do-empresario-junior>>. Acesso: 17 de jul. 2023.

DA SILVA, Marina Bezerra et al. **Mapeamento da Produção Científica Brasileira sobre Empresas Júniores**. Cadernos de Prospecção, v. 12, n. 5, p. 1474-1474, 2019.

DE MATOS, Franco. **A empresa júnior no Brasil e no mundo: história e tendências do Movimento EJ**. São Paulo: Martin Claret, 1997

DURAND, José Carlos. **A mal-assumida profissão de sociólogo**. Revista de Administração de Empresas, v. 24, p. 76-78, 1984.

FERREIRA, Wallace. **Os dez anos da ABECS e os desafios do ensino de sociologia frente à reforma do ensino médio**. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2022.

FLEISCHER, Soraya. **Onde uma antropóloga pode trabalhar? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho**. *Áltera - Revista de Antropologia da UFPB*, 1(4), 2017, pp. 42-60

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Fabio; AZEVEDO, Gustavo de. **Reflexões sobre mercado de trabalho para cientistas sociais e pressões por mudanças curriculares**. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, p. 92-108, 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. *Estud. Psicol., Natal*, v. 7, n. 2, p. 299-309, jul./dez., 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

LAFEUILLE, Philippe. **O movimento EJ**. IN: DE MATOS, Franco. A empresa júnior no Brasil e no mundo. São Paulo: Martin Claret, 1997.

LINKEDIN. **Sobre o LinkedIn**. Disponível em: <<https://about.linkedin.com/pt-br>>. Acesso em 13 de fev. 2023.

MARINHO, Marcelo Jacques Martins da Cunha. **A profissionalização da Sociologia no Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 223- 233, 1987.

MICELI, Sérgio (Org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1995.

MIGLIEVICH, Adélia. **A sociologia quando " sai" da universidade: ilustrações para um debate**. Cadernos Ceru, v. 10, p. 173-186, 1999.

MILIS, Renato Ramos. **Sobre o significado da criação e expansão das empresas juniores na Universidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2016.

MIRHAN, Lejeune. **O mercado de trabalho e a profissionalização do sociólogo**– 1 ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Mauricio Grabois, 2015.

MORAES, Amaury Cesar. **Curso de Ciências Sociais: currículo, mercado de trabalho e formação docente**. Perspectiva, v. 35, n. 1, p. 17-32, 2017.

NETO, Pedro Arboés. **" Um propósito maior": uma investigação microsociológica do Movimento Empresa Júnior no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. **Cenários, tendências e desafios na formação de professores de Ciências Sociais no Brasil.** *Política & Sociedade*, v. 14, n. 31, p. 39-62, 2015.

OLIVEIRA, Juliana Galvão. **Uma ideia genial.** In: DE MATOS, Franco. *A empresa júnior no Brasil e no mundo.* São Paulo: Martin Claret, 1997.

PALASSI, Marcia Prezotti; MARTINELLI, Raiane Gonçalves; PAULA, Ana Paula de. **Entre o discurso empreendedor e a consciência política: estudo exploratório do Movimento Empresa Júnior em uma universidade pública no sudeste do Brasil.** *Cadernos EBAPE. BR*, v. 18, p. 3-12, 2020.

PAULA, L. T. de; MICHALSKI, R. **Os bots de disseminação de informação na conjuntura das campanhas presidenciais de 2018 no Brasil.** *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2019.

PAULA, Maria de Fátima de. **A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 8, n. 4, p. 53-67, dez. 2003.

_____. **A formação universitária no Brasil: concepções e influências.** *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 14, n. 01, p. 71-84, 2009.

REIS, Dalton Luiz de Menezes. **As Empresas Juniores da Universidade Federal de Santa Catarina e as mudanças da política educacional nos anos 90 da universidade pública: Uma articulação de projetos coincidentes?** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RIBAS, Pedro Bezerra. **E se nada der certo? Uma análise sobre a trajetória de profissionalização em Ciências Sociais a partir das perspectivas dos estudantes da Universidade de Brasília.** Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: ENAP, 2021.

SEGATTO, José; Bariani, Edison. **As ciências sociais no Brasil: trajetória, história e institucionalização**. Revista Em Pauta, vol. 07, num. 25, 2010.

SEKI, Allan Kenji. **Será mesmo que a atuação profissional para o fortalecimento da economia nacional não é um exercício diretamente a favor da solução dos problemas sociais do nosso país? – Uma resposta ao texto de Matheus Wendt sobre as Empresas Juniores**. Movimento contra as empresas juniores no CFH, 2012. Disponível em: <<https://contraeajsnocfh.wordpress.com/page/2/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2023

SEKI, Allan Kenji; SIMÃO, Caio Ragazzi. **Por que “não” a uma EJ: O que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores?** Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 14(4), out.-dez., pp . 475-480; 2014.

_____. A Proposta de Empresa Júnior do curso de Psicologia da UFSC. PSIU! – jornal do Centro Acadêmico Livre de Psicologia, fev. 2012.

SILVA, Ana Carolina; WANDERLEY, Fernando; MACHADO, Raphael; TADOKORO, Ricardo. **O mercado de trabalho nas Ciências Sociais**. PET Ciências Sociais – UFU. 2007.

SILVA, Arthur Gliesch. **Diversidade nas organizações: um estudo sobre as empresas juniores do sul do Brasil**. Monografia (Bacharelado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOCIUS CONSULTORIA JR. **Relatório do levantamento de dados sobre o perfil dos (as) estudantes de ciências sociais e percepções sobre o mercado de trabalho**. 2013.

SPYER, Juliano; PRADO, Maurício de Almeida; CORBO, William. **Cientistas sociais agora reinventam potenciais de carreira**. Jornal Nexo, 07 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Cientistas-sociais-agora-reinventam-potenciais-da-carreira>> Acesso em: 19 de mai. de 2023.

TEIXEIRA, Marco Antônio; GOMES, William. **Decisão de carreira entre estudantes em fim de curso universitário**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21, p. 327-334, 2005.

UFPE. **Bacharelado em Ciência Política**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ciencia-politica-bacharelado-cfch>>. Acesso em 17 de mai. de 2023.

UNB. **IPOL**. Disponível em: <<http://www.ipol.unb.br/>>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YUNG, Tauvana da Silva. **Peguei o diploma, e agora? Desafios, dilemas e estratégias de inserção ocupacional de jovens recém-graduados em Ciências Sociais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ZILIOOTTO, Denise Macedo; BERTI, Ariete Regina. **A aprendizagem do aluno inserido em empresa júnior**. Revista Conexão UEPG, v. 8, n. 2, p. 210-217, 2012.